



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026
(Processo Administrativo nº 18412/2025)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através da sua Agente de Contratação a Sra. **ERIVANA BRAGA DE SOUZA**, designada pelo Decreto Municipal nº 5.533/2025, que realizará licitação, na modalidade de Concorrência Eletrônica, tipo **TÉCNICA E PREÇO**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS CORRELATOS PARA O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BAHIA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 11/5/2026;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas Técnicas e Propostas de Preços através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A Concorrência será realizada em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação- INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Agente de Contratação responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “LICITANET”, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual- MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 Consórcio:

3.6.1 Será permitida a participação de consórcios para contratação em pauta, desde que sejam atendidas as condicionantes previstas no art. 15 da Lei 14.133/21.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

3.6.2 Na presente contratação, cabe participação de empresas em consórcio, uma vez que o escopo versa de prestação de serviço comum da engenharia civil, com fornecimento de máquinas, ferramentas, mão de obra qualificada, insumos diversos, que demandam de logística para mobilização, transporte, guarda e consumo.

3.6.3 O escopo da pretensa contratação em pauta, embora não caracterizada como metodologia de elevada complexidade executiva, admite operacionalidade conjunta e/ou individualmente a diversas empresas de construção civil do mercado local, regional e nacional.

3.6.4 Os consórcios são aglomerados característicos para determinadas atividades, como por exemplo execução de grandes obras de engenharia; atuação no mercado de capitais; acordos exploratórios de serviços de transporte; exploração de atividades minerais e correlatas; atividades de pesquisa ou absorção de tecnologia; e grandes licitações públicas.

3.7 Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.7. Autor do anteprojeto ou do projeto básico, pessoa física ou jurídica;

3.7.7.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.7.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.7.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1. Somente poderão participar desta Concorrência Eletrônica, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Para participar desta Concorrência Eletrônica, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA” através do site <https://licitanet.com.br/>.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.1.2. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Concorrência Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), as **propostas de técnica e as propostas de preços** com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca, quando couber, (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

5.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço anteriormente inseridas no sistema até a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 9.3 do edital.

5.2. Como requisito para a apresentação das propostas de técnica e preços, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

5.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas técnicas e de preços e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

5.7. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

5.7.1. Os documentos da Proposta Técnica deverão ser organizados e apresentados, com a devida indicação de seu representante legal, ou procurador constituído, e respectiva assinatura, em arquivo único e em formato ‘pdf’, conforme especificações do Anexo I do Termo de Referência;

5.8. Em sua proposta de preços eletrônica, a licitante deverá:

5.8.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência.

5.8.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrecorrível e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.8.1.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.8.1.3. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.8.1.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de seus preços unitários. Considerar-se-á a Contratada como profundamente conhecedora nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverá ter computado nos preços unitários propostos todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa execução dos serviços.

5.8.1.5. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.1.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.9. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.9.1;

5.9.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

5.11. Ao apresentar a proposta, a empresa declara que possui toda a infraestrutura necessária (instalações, aparelhamento, corpo técnico disponível) à execução dos serviços a serem contratados, dentro dos devidos prazos, conforme Termo de Referência.

5.12. Ao apresentar a proposta, a empresa declara que dispõe dos profissionais necessários e indispensáveis que formarão a Equipe Técnica Responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, conforme Termo de Referência.

5.13. Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.14. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pela Agente de Contratação no sistema ou pela sua desconexão.

5.15. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de técnica e da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Nos termos do Inciso II do artigo 56 da Lei 14.133/21, será adotado o modo disputa **FECHADO**, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6.3. Será desclassificada a proposta que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos.

6.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. A Agente de Contratação verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.4.2. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.teu.gov.br/ords/f?p=INABILITADQ:CERTIDAO:0> ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> para a pessoa jurídica);



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.4.4. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “6.4.2 e 6.4.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante e de seu(s) sócio(s) majoritário(s).

6.5.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Agente de Contratação realizará, em conjunto com a Banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.9. A sessão será suspensa para análise e julgamento das propostas técnicas e propostas de preços, em conformidade com as exigências do Termo de Referência. A comunicação da reabertura da sessão será feita pelo envio de mensagem no sistema.

7. DA PONDERAÇÃO, JULGAMENTO E VALORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1. O critério de julgamento de técnica e preço deve ser utilizado quando a avaliação e a ponderação da qualidade técnica dos licitantes forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração. Lei 14.133/2021, art. 36, § 1º, inciso I:

“serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;”

a) Por esse critério de julgamento, a apuração da proposta mais vantajosa se dá pela conjugação de fatores relacionados a aspectos de técnica e ao preço a ser pago. Lei 14.133/2021, art. 36, caput:

“O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.”

b) Serão avaliadas e ponderadas primeiramente as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, estabelecido a “proporção máxima de 70% de valoração para a proposta técnica”. Lei 14.133/2021, art. 36, § 2º:

“No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.”

c) Os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual são os realizados em trabalhos relativos a: art. 6º, inciso XVIII.

“a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;”

d) Os serviços cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e três reais, quarenta e oito centavos); valor atualizado anualmente pelo Poder Executivo federal (art. 182, Decreto nº 12.343 de 31/12/24) devem ser contratados pelo critério de julgamento de melhor técnica, ou de técnica e preço, na proporção de 70% de valoração da proposta técnica, ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação.

e) Para o julgamento por técnica e preço, a Lei 14.133/2021 estabelece os seguintes fatores de avaliação das propostas em seu art. 37:

I – verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II – atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

III – atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

f) A atribuição de notas aos quesitos de natureza qualitativa, de que trata o art. 37 da Lei será realizada por banca com, no mínimo, três membros, composta por servidores efetivos ou empregados públicos; ou por profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência e renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que supervisionados por agente público. (art. 37, inciso II, § 1º, incisos I e II, c/c art. 7º, incisos I a III, e § 1º).

g) Nesse sentido, será firme o sentido de que os fatores de ponderação entre as notas das propostas de técnica e de preço serão fundamentados neste TR, a fim de evidenciar os princípios da motivação, da razoabilidade e da proporcionalidade que serão especialmente valorizados quando da escolha do critério de julgamento por técnica e preço, da definição da proporção entre os quesitos e da escolha dos critérios de avaliação da técnica envolvida, os quais foram dotados do máximo de objetividade possível.

h) Serão observados na análise das propostas técnicas os critérios de pontuação referentes à Capacidade Técnico Operacional e Técnico Profissional da Empresa.

h) A partir do exame dos documentos integrantes da Proposta Técnica, serão atribuídas as seguintes pontuações:

- Plano de Trabalho (PT) = Máximo 20 (vinte) pontos.
- Capacidade Técnico Operacional da Empresa (CTE) = Máximo 30 (trinta) pontos.
- Equipe Técnica Profissional (ET) = Máximo 40 (quarenta) pontos.
- Desempenho Anterior (Art. 37, III da Lei 14.133/21) (DA) = Máximo 10 (dez) pontos.

7.2 DO PLANO DE TRABALHO (PT)

7.2.1 O Plano de Trabalho constitui a principal peça técnica a ser apresentada pelas licitantes, funcionando como instrumento de avaliação da capacidade de compreensão, planejamento e execução dos serviços contratados. Sua finalidade é demonstrar que a empresa participante conhece a realidade e as necessidades específicas do Município de Lauro de Freitas/BA, apresentando soluções técnicas compatíveis com os objetivos do Termo de Referência.

7.2.2 Além de orientar a Administração quanto à viabilidade e à qualidade da proposta, o Plano de Trabalho serve para:

- **evidenciar o domínio técnico** da empresa sobre os desafios do objeto;
- **demonstrar metodologias adequadas** à execução das etapas contratuais;
- **apresentar a equipe técnica responsável**, comprovando experiência e capacidade de entrega;
- **garantir a compatibilidade** entre prazos, qualidade e recursos disponíveis;
- **permitir avaliação objetiva** por meio de critérios de pontuação previamente estabelecidos.

Dessa forma, o Plano de Trabalho não é apenas uma exigência formal, mas um mecanismo essencial para assegurar que a contratação resulte em projetos consistentes, eficientes e alinhados às necessidades estratégicas do município, especialmente no campo da infraestrutura urbana e mobilidade.

7.3 Critérios de Avaliação e Pontuação (Total: 20 pontos)

7.3.1. Conhecimento do Problema (até 4 pontos)

- Diagnóstico preliminar do objeto ou área de intervenção;
- Demonstração de familiaridade com a realidade local, incluindo aspectos urbanísticos, socioeconômicos e ambientais;
- Identificação dos principais desafios técnicos a serem superados.

7.3.2. Metodologia e Estratégia de Execução (até 8 pontos)

- Descrição da metodologia para cada etapa dos serviços (levantamentos, sondagens, anteprojetos, projetos básicos e executivos);
- Indicação das ferramentas e tecnologias a serem utilizadas (CAD, BIM, georreferenciamento, etc.);
- Estratégias de controle de prazos e mitigação de riscos.

7.3.3. Equipe Técnica Proposta (até 4 pontos)

- Relação nominal dos profissionais-chave, com atribuições definidas;
- Currículos e atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto;
- Compromisso de participação efetiva, admitindo substituição apenas por profissionais de igual ou maior experiência, mediante anuência da Administração.

7.3.4. Cronograma e Plano de Qualidade (até 4 pontos)

- Cronograma físico detalhado, compatível com as etapas previstas;
- Definição de marcos de entrega e validação;
- Procedimentos de garantia da qualidade técnica e compatibilização entre disciplinas.

7.4. DA EQUIPE TÉCNICA (ET)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- a) A equipe técnica estará sujeita a pontuação e deverá ser composta por profissionais com formação, experiência e habilidades requeridas para o desenvolvimento dos serviços, comprovadas mediante apresentação dos respectivos Currículos e/ou Atestados, com as respectivas CATs, no caso de projetos de arquitetura e engenharia. A equipe técnica deverá conter os profissionais relacionados no quadro da equipe técnica mínima indicado:

ITEM	EQUIPE TÉCNICA	PONTUAÇÃO MÁXIMA	OBSERVAÇÃO
1	Engenheiro Agrimensor com experiência em levantamento topográfico planialtimétrico	5	1,67 pontos para cada atestado válido apresentado
2	Engenheiro Agrimensor com experiência em aerolevantamento	5	1,67 pontos para cada atestado válido apresentado
3	Arquiteto urbanista com experiência em projetos de arquitetura e urbanismo	6	2,0 pontos para cada atestado válido apresentado
4	Engenheiro civil Coordenador com experiência em coordenação de projetos de infraestrutura rodoviária	9	3,0 pontos para cada atestado válido apresentado
5	Engenheiro Civil Pleno com experiência em elaboração de projetos de rodovias (geometria, terraplenagem, pavimentação)	9	3,0 pontos para cada atestado válido apresentado
6	Engenheiro Civil/Sanitarista Pleno com experiência em elaboração de projetos de micro e macrodrenagem	6	2,0 pontos para cada atestado válido apresentado

b) O coordenador do contrato deverá ter experiência comprovada de no mínimo 5 anos e ser responsável técnico constante do QUADRO DA EQUIPE MÍNIMA, sendo profissional integrante do quadro técnico de pessoal da empresa licitante e atender às exigências de prova de acervo técnico e formação acadêmica, com pelo menos curso de especialização em infraestrutura urbana.

c) A equipe técnica terá sua participação considerada a partir da comprovação de aptidão Técnico-Profissional, sendo cada integrante considerado Profissional de Nível Superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, reconhecido(s) pelo CREA/CAU, detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) Profissional(is), executado para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada.

d) Para habilitação, a licitante deverá apresentar pelo menos 1 (um) atestado com CAT que comprove experiência compatível com o objeto. A apresentação de atestados adicionais será considerada para fins de pontuação técnica, conforme os critérios estabelecidos neste TR.

e) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas componentes do mesmo grupo econômico da licitante.

f) A substituição do responsável técnico ou de profissionais que compõem a equipe técnica, somente se dará nos casos supervenientes, fortuitos ou de força maior, sempre por outro de perfil equivalente ou superior ao proposto, mediante prévia autorização.

g) Deverão ser anexados os currículos sumários de todos os profissionais de nível superior, acompanhados dos Termos de Autorização de Participação dos mesmos na Equipe Técnica, contendo suas assinaturas e firmas reconhecidas. No caso de técnicos estrangeiros, os Termos de Autorização deverão ser traduzidos para o português, por tradutor juramentado, devidamente comprovando esta condição.

h) Para os profissionais da área de arquitetura e engenharia, deverão ser apresentadas também, as Certidões de Registro e Quitação com os Conselhos de Classe (CREA/CAU) e para profissionais técnicos em seus Conselhos de Classe pertinentes.

i) Cada currículo deverá ser limitado ao máximo de 04 (quatro) páginas, tamanho A4.

7.5. DA CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA (CTE)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.5.1 Para atribuição da pontuação relativa à capacidade técnica da empresa, que valerá no máximo 30 pontos, estão assim distribuídos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO ITEM	UND	QUANT. MÍNIMO	PONTUAÇÃO
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM ÁREA URBANIZADA/NÃO URBANIZADA	M2	844.175,00	5
2	PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL- (MICRO E MACRODRENAGEM)	KM	47,50	5
3	PROJETO GEOMÉTRICO E TERRAPLENAGEM	KM	47,50	5
4	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	KM	47,50	5
5	PROJETO ARQUITETÔNICO	M2	14.000,00	5
6	AEROLEVANTAMENTO GEORREFERENCIADO (MAPEADO) INCLUSIVE PROCESSAMENTO DE IMAGENS	HÁ	36.000,00	5

7.5.2 Para fins de comprovação dos itens de maior relevância, serão considerados os atestados de capacidade técnica que demonstrem o desempenho de atividades pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da licitante enquanto pessoa jurídica, para que fique demonstrada a execução dos serviços relacionados.

7.5.3 Caso o atestado não esteja registrado junto ao respectivo Conselho Regional, deverá ser apresentado:

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços;
- Contrato de Prestação de Serviços.

7.5.4 No julgamento das propostas técnicas, será atribuída à empresa uma Nota Técnica (NT), com a seguinte formulação: $NT = 100 \times Te/Tm$, em que:

NT = Nota Técnica da empresa.

Te = Pontuação da empresa.

Tm = Máxima pontuação observada dentre todas as empresas.

A proposta de preço (NP) será dada da seguinte forma: $NP = 100 \times Pm/Pe$, em que:

NP = Nota de preço da empresa.

Pm = Menor preço apresentado dentre as propostas válidas.

Pe = Preço da empresa.

O Agente de Contratação fará o cálculo da Nota Total Ponderada do proponente (NTP), observando-se a seguinte fórmula:

$NTP = 0,7 NT + 0,3 NP$, em que:

NTP = Nota Total Ponderada do proponente.

NT = Nota Técnica do proponente.

NP = Nota de Preço do proponente

7.5.5 Serão classificadas as empresas que obtiverem pontuação acima de 50 (cinquenta) pontos no somatório total dos critérios previstos acima citados, e desclassificadas todas que não alcançarem esta pontuação mínima.

7.6 DESEMPENHO ANTERIOR

7.6.1 Nos termos do art. 37, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, será atribuída pontuação referente ao **Desempenho Anterior (DA)** da licitante, limitada ao máximo de **10 (dez) pontos**, observados os seguintes critérios objetivos e devidamente comprovados por documentos oficiais:

I – Cumprimento de prazos contratuais (até 4 pontos): será atribuída pontuação de **2 (dois) pontos por contrato** encerrado, com recebimento definitivo sem atrasos superiores a 10% do prazo originalmente pactuado, admitidas prorrogações formalmente justificadas por fatos não imputáveis à contratada. Serão considerados até 2 (dois) contratos, totalizando no máximo 4 (quatro) pontos.

II – Qualidade técnica dos serviços prestados (até 4 pontos): será atribuída pontuação de **2 (dois) pontos por contrato** recebido definitivamente sem glosas contratuais superiores a 5% do valor contratado, sem retrabalhos superiores a 10% dos entregáveis e sem devoluções imputáveis à contratada por órgãos licenciadores. Serão considerados até 2 (dois) contratos, totalizando no máximo 4 (quatro) pontos.

III – Histórico de sanções contratuais (até 2 pontos): serão atribuídos **2 (dois) pontos** às licitantes que não possuírem sanções registradas (advertência, multa, suspensão ou impedimento) com decisão administrativa final nos últimos 60 (sessenta) meses, conforme consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e certidões emitidas pelos órgãos competentes. Caso haja apenas advertência isolada e sem reincidência, será atribuído **1 (um) ponto**; havendo multas, suspensões ou impedimentos, será atribuída **nota zero** neste subcritério.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

§1º. Para fins de avaliação, serão considerados apenas contratos concluídos e recebidos definitivamente nos últimos 60 (sessenta) meses, de natureza e complexidade equivalentes ou superiores ao objeto da presente licitação.

7.6.2 Na hipótese de a licitante não possuir contratos anteriores de natureza e complexidade equivalentes, e não constar registro de sanções administrativas com decisão final no PNCP ou em outros cadastros oficiais, será atribuída **nota base de 5 (cinco) pontos** no critério de Desempenho Anterior (DA). Tal medida visa apenas resguardar a **isonomia e a competitividade** do certame, em conformidade com o art. 37, III, da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do TCU, não representando benefício ou bonificação, mas neutralidade na avaliação.

7.7 DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES (LEI Nº 14.133, DE 2021, ART. 67).

7.7.1 Técnica, disposto no art. 67, conforme segue:

- a) Registro ou inscrição da licitante e dos responsáveis técnicos na entidade profissional competente, da região da sede da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto social da licitação. Para este objeto, consideram-se os registros junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Região, bem como do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da sua sede.
 - b) Comprovação de qualificação para as atividades de aerolevantamento: Prova de efetiva e homologada inscrição no Ministério da Defesa na Categoria “A” (executante das fases aeroespacial e decorrente do aerolevantamento) em nome da licitante, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei 1.177/1971, inciso I do art. 6º do Decreto 2.278/1997 e inciso I do art. 10º da portaria normativa n. 101/GM-MD de 26 de dezembro de 2018, válida na data de apresentação das propostas.
- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

7.8 Comprovação de capacidade técnico-operacional: apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da contratação

- O licitante deverá comprovar experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços técnicos em elaboração de projetos, mediante atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas.

7.9 Comprovação de capacidade técnico-profissional: apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome do (s) profissional (is) indicado (s) para atuar como responsável (is) técnico (s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da contratação, devidamente emitido por entidade profissional competente.

- indicação da equipe técnica profissional, devidamente registrados no conselho profissional competente, a cada qualificação, detentores de atestados de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, para fins de contratação.
- certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade técnico profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior; (anexo IV do TR).
- Melhor pontuação aos critérios da capacidade técnica da equipe indicada: formação, experiência e habilidades adquiridas para o desenvolvimento dos projetos, nos termos:

1. apresentação dos respectivos Currículos Vitae e Atestados, com as respectivas CATs, no caso de projetos de arquitetura e engenharia e outros equivalentes;
2. indicação de responsável técnico integrante do quadro técnico da empresa licitante com formação acadêmica, no mínimo curso de especialização na área de arquitetura e/ou urbanismo.
3. apresentação dos Termos de Autorização de Participação da Equipe Técnica.
 - indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como todos os aparatos de recursos técnicos, inclusive para os trabalhos de campo, laboratório e elaboração dos projetos, a citar software's.

7.10 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV do TR.

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
- Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
- É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.
- Indicação do licitante, na data prevista para entrega da proposta, de profissionais com qualificação compatível, devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, detentores de atestados de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, para fins de contratação.
- Admite-se para comprovação de compromisso com a licitante, as seguintes modalidades:
 - a) Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;
 - b) Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;
 - c) Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, reconhecida firma entre as partes;
 - d) Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes, com data anterior a abertura dos envelopes da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora.
- Será admitida a substituição dos profissionais indicados, por outros com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- Poderá ser apresentado o mesmo atestado para a licitante e para o Responsável Técnico, desde que venha indicado o nome de ambos no documento.
- Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional e profissional, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior constantes no anexo IV deste TR.
- Os documentos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade.

7.11 Proposta Comercial: A Proposta Comercial deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao escopo, não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstas neste TR e seus anexos constitutivos. A Proposta Financeira deverá constar de todos os elementos técnicos necessários a formatação da proposta em todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha Estimativa de Quantidades e Preços (ANEXO III "a"), que é parte integrante do Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela contratante.

- O valor global e os valores unitários da proposta não poderão superar o orçamento estimado pela Administração Pública. (art. 59 da Lei 14.133/21).
- Declaração de aceite total as condições do Edital e seus anexos.
- Apresentação de todos elementos técnicos que comporam o preço ofertado e a proposta comercial como um todo (planilhas de formações de preços).
- A licitante cuja proposta seja classificada em primeiro lugar deverá encaminhar os arquivos que compõem sua a proposta comercial em formato.xls (excel) otimizando análise pelos agentes de contratação.

7.12 Critérios de aceitabilidade de preços: Ressalvado o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será abaixo dos valores unitários e global estimados para a contratação.

A aceitabilidade de preços observará os valores unitários máximos da Planilha Estimativa (Anexo III 'a'). Os serviços serão medidos conforme critérios do Anexo III 'c'. Variações de quantitativos são próprias do regime por preço unitário e não alteram os preços unitários contratados, observados os limites legais para acréscimos/supressões.

Sendo aceita a proposta classificada em primeiro lugar, após o julgamento da proposta TÉCNICA E PREÇO, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado, mediante apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de acordo com as exigências estabelecidas em Edital.



8. DA VISTORIA

8.1 As licitantes poderão visitar os locais das possíveis intervenções e suas circunvizinhanças, até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para recebimentos das propostas objeto deste certame, a fim de atestar ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços a serem elaborados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e execução do contrato.

8.2 É de inteira responsabilidade do licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

8.3 Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por conta exclusiva da licitante.

8.4 A visita ao local onde serão executados os serviços deverá ser agendada com antecedência de 48 horas por telefone ou pessoalmente, as licitantes deverão estar acompanhadas por um técnico indicado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

8.5 Endereço: Rua Doutor Gerino de Souza Filho, nº3295, Estrada do Trabalhador – Lauro de Freitas.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.6 A vistoria técnica será facultativa. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar Atestado de Visita ou, alternativamente, Declaração de Ciência das condições locais, assinada por seu responsável técnico. Ambos os documentos terão igual validade para comprovar o conhecimento das condições de execução do objeto.

8.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Divulgado o julgamento das propostas técnica e propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

9.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação da Agente de Contratação no sistema.

9.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação da Agente de Contratação no sistema.**

9.3.1. O prazo estipulado no subitem 9.3 poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

9.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

9.6. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

9.7. A verificação pela agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.8. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no portal de licitações e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. Na hipótese do Licitante vencedor ser considerado inabilitado, serão requeridos e analisados as Propostas e os documentos de habilitação do Licitante subsequente, por ordem de classificação, nos mesmos termos e prazos especificados neste edital, até que se obtenha um Licitante habilitado.

9.12. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.3. deste edital.

9.13. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, no que couber:

9.13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.13.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.13.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.13.1.3 Microempreendedor Individual- MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.13.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.13.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.13.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.13.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.13.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.13.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.13.2.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.13.2.7 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.13.2.8 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.13.2.9 O licitante enquadrado como microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), em função do valor estimado para a presente contratação NÃO poderá auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº123/2006. (art 4º, §1º da Lei de Licitações nº14.133/21).

9.13.2.10 A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

9.13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.13.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.13.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor

- Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II); 8.6.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

a) A licitante deve comprovar através do balanço patrimonial (02 dois últimos), demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices ILG, ILC e ISG do último exercício social iguais ou superiores a 1,00 conforme segue:

a.1) O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

a.2) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILC = AC / PC$

a.3) O Índice de Solvência Geral (ISG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ISG = AT / (PC + ELP)$

a.4) Os elementos das fórmulas são os provenientes do balanço do último exercício financeiro, e discriminados conforme a seguir:

ILG = Índice de Liquidez Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

ISG = Índice de Solvência Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

- Os documentos referidos acima limitar-se-ão aos último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital- ECD ao Sped.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.13.3.3 Tais índices econômicos aqui indicados, serão validados pelos agentes de contratação, quando da elaboração de Edital.

9.13.3.4 **Caso admitida a participação de cooperativas**, será exigida a seguinte documentação complementar:

- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

- O registro previsto na Lei nº 5.764, de 1971, art. 107;

- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.14. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

10. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

10.2. Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, a Agente de Contratação poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

10.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

10.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

10.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 10.2:

10.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

10.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

10.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

10.4.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

10.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

10.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

10.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

10.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos a Agente de Contratação considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

10.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação a Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11. DOS RECURSOS

11.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

11.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;

11.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

11.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

11.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

11.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

11.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos à Agente de Contratação, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

11.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

11.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

11.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

11.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

11.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

11.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

11.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

11.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) modelo de execução: indireta, em regime de empreitada por preço unitário, considerando:

- preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições dos serviços efetivamente elaborados, entregues e aprovados pela fiscalização;
- nas demandas a serem atendidas, cujo volume quantitativo mensal de cada etapa será oscilante;
- a estimativa de quantidades, com base nos levantamentos das demandas distribuídas em doze meses.
- O regime de execução adotado será empreitada por preço unitário.

b) definição de prazo para início da execução do objeto: 07 (sete) dias, a partir da emissão da primeira ordem de serviço;

c) descrição detalhada das etapas executivas: em conformidade com tipificação da intervenção;

d) horário de funcionamento: em conformidade com as normas trabalhistas contidas em acordos coletivos do sindicato dos empregados da construção civil vigente;

e) definição da periodicidade dos serviços: em conformidade com predisposto em Ordem de Serviço;

f) procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas: em conformidade com as especificações técnicas (anexo III "c", deste TR);

g) os deveres e disciplina exigidos: em atendimento às cláusulas contratuais, conforme item 11 – Obrigações do Contratado;

h) o cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos: os itens executados serão medidos, aferidos e aprovados, mensalmente, a cada ordem de serviço cumprida e cronograma físico emitido e aprovado pelos fiscais dos serviços e gestor do contrato;

i) demais especificações que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços: o memorial descritivo e especificações técnicas dos serviços a serem executados constam em anexo III "c" deste TR. Casos omissos e/ou específicos serão dirimidos entre contratante e contratado.

O prazo para início das etapas de execução, conclusão e entrega serão definidos em cada ordem de serviço ou instrumento contratual a ser firmado.

Possíveis atrasos de entrega assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os serviços serão executados nos endereços a serem definidos na ordem de serviço.

12.1. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços prestados, complementar à garantia legal prevista no art. 618 do Código Civil, será de, no mínimo, 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

O prazo de vigência do contrato é superior ao de execução dos serviços prestados para:



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- a) amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência contratual;
- b) propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;
- c) englobar os recebimentos, conferências, configurações dos arquivos provisórios e definitivos.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

13.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

Gestor de Contrato e Fiscal + Portarias – anexo V deste TR.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

13.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

13.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

13.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

13.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

13.7 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em exercício a cada medição. Será consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

13.8. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da prestação de serviço, serão realizadas pelo contratante, por técnicos designados em portarias vigentes, a quem compete verificar se contratada está executando as etapas, em concordância com o Cronograma Físico-Financeiro, e demais instrumentos que integram o Contrato.

13.9. A Fiscalização deverá supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, inclusive no que tange às medições mensais, relatórios/notas e pareceres técnicos e boletins de pagamentos do contrato, atentando-se a sua eficiência e eficácia.

14. DA VIGÊNCIA

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 14 (quatorze) meses, contados da data de emissão da OS, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021

15. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

15.1 Como condição indispensável para a execução de qualquer demanda vinculada ao presente contrato, deverá ser previamente lavrada Ata de Reunião de Justificativa da Demanda, a qual deverá conter, no mínimo: descrição detalhada do objeto solicitado, motivação de interesse público, enquadramento contratual da demanda, estimativa de valores e impactos orçamentários do custo de projeto e custo de obra e o cronograma físico-financeiro de execução por fases, compatível com os entregáveis previstos neste Termo de Referência.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

A referida Ata deverá ser assinada pelos responsáveis técnicos da Administração, pelo Fiscal do Contrato e pelo Ordenador de Despesa, constituindo-se em documento formal de autorização para início da execução.

Nenhuma atividade poderá ser iniciada pela contratada sem a prévia emissão e aprovação desta Ata, incluindo o cronograma por fases, sob pena de não reconhecimento da despesa pela Administração.

15.2 Os pagamentos serão efetuados em parcelas proporcionais às etapas concluídas, vinculados ao cronograma físico-financeiro e condicionados à aprovação da Fiscalização do Contrato. Cada fase somente será considerada concluída após a entrega integral dos produtos previstos, acompanhada de relatório técnico e aceite formal pela Administração.

A distribuição dos percentuais de pagamento obedecerá à seguinte forma:

- **Fase 01- Estudos Preliminares (20%)**

Compreende a entrega da concepção inicial, anteprojeto, estudo de viabilidade e alternativas técnicas, mediante apresentação de relatório consolidado contendo memoriais e peças gráficas. Adicionalmente, deverá ser apresentada maquete eletrônica em 3D, incluindo vídeo de simulação do projeto e imagens renderizadas ilustrativas, de modo a possibilitar a visualização espacial e arquitetônica da proposta.

- **Fase 2 – Projeto Básico (30%)**

Corresponde à entrega de plantas, cortes, fachadas, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e levantamento quantitativo dos elementos do projeto, em nível compatível com Projeto Básico. A aprovação fica condicionada à análise e aceite da Fiscalização, que deverá atestar a conformidade com normas técnicas e diretrizes contratuais.

- **Fase 3 – Projeto Executivo (30%)**

Inclui a apresentação de detalhamentos executivos, compatibilização de disciplinas, e deverá, obrigatoriamente, ser entregue em conjunto com o orçamento detalhado da obra. Somente serão aceitos pela Fiscalização os projetos acompanhados do orçamento, que deverá estar compatível com o levantamento quantitativo e as peças gráficas.

- **Fase 4 – Entrega Final e Aprovação (20%)**

Engloba a consolidação de todos os documentos em meio digital editável e não editável, bem como a entrega física (quando aplicável), além do suporte técnico à análise por órgãos competentes, com aceite definitivo da Fiscalização e comprovação de que eventuais ajustes solicitados foram devidamente incorporados.

Para os projetos de edificação, em casos em que o empreendimento possuir pavimentos-tipo, módulos ou blocos com características idênticas, a medição e o pagamento da fase serão efetuados com base na entrega de um único exemplar representativo, elaborado de forma completa, contendo todas as peças gráficas, memoriais e detalhamentos aplicáveis.

O contratado deverá, no memorial de cálculo e no levantamento quantitativo, indicar expressamente, quais elementos são repetidos, o número exato de repetições e as variações específicas existentes (tais como pavimento térreo, cobertura, áreas técnicas ou de uso comum), apresentando os respectivos projetos completos para essas partes não repetitivas.

Nos projetos de urbanização, deverá respeitar o memo conceito, onde em trechos de quadras, lotes, módulos ou elementos padronizados e repetitivos (tais como pavimentos-tipo viários, redes de drenagem, trechos de calçadas, módulos de iluminação ou de mobiliário urbano), será exigida a apresentação integral de um exemplar representativo de cada tipologia, contendo todas as peças gráficas, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e levantamentos quantitativos aplicáveis.

15.3 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos imediatamente a notificação da fiscalização, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

15.5 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.6 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.8 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo estabelecido em contrato para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

15.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.1.1 o prazo de validade;
- 9.1.2 a data da emissão;
- 9.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.1.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 9.1.5 o valor a pagar; e
- 9.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.13 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.14 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

15.18 O pagamento será efetuado no prazo conforme estabelecido em contrato, conforme seção anterior.

15.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice estabelecido em contrato de correção monetária.

15.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

15.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1. Da CONTRATADA:

16.1.1 Execução Técnica: Elaborar os projetos com observância às normas técnicas aplicáveis (ABNT, CAU/BR, CREA, DNIT, órgãos setoriais e ambientais).

Garantir a compatibilização entre todas as disciplinas (arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica, urbanismo, paisagismo etc.), de modo a evitar conflitos ou sobreposições.

Apresentar os produtos nos formatos exigidos: digital editável (DWG, RVT, XLS, DOCX) e não editável (PDF), bem como cópias impressas quando solicitado.

16.1.2 Qualidade e Integridade do Projeto: Fornecer projetos completos, detalhados e atualizados, em nível suficiente para a licitação e execução da obra, incluindo memoriais descritivos, memoriais de cálculo, levantamentos quantitativos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

Responsabilizar-se pela fidedignidade dos levantamentos de campo, topográficos, planialtimétricos e cadastrais.

Promover, sem ônus adicional para a Administração, todas as revisões e ajustes solicitados pela Fiscalização até a aprovação final de cada fase.

16.1.3 Aprovações e Alvarás: Elaborar e protocolar, em nome da Administração, toda a documentação necessária para a obtenção de alvarás, licenças e aprovações em órgãos competentes, responsabilizando-se pela tramitação até a expedição.

Acompanhar eventuais diligências e incorporar as exigências técnicas emitidas pelos órgãos públicos.

16.1.4 Prazos e Cronograma: Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado, apresentando relatórios de andamento sempre que solicitado.

Solicitar prorrogação de prazo somente em hipóteses legais, mediante justificativa formal, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

16.1.5 Responsabilidade Técnica: Manter equipe composta por profissionais legalmente habilitados, com registro em CAU/CREA, apresentando as respectivas ARTs ou RRTs.

Assumir integral responsabilidade técnica pelos projetos, respondendo por eventuais falhas, omissões ou incompatibilidades.

16.1.6 Direitos Autorais e Titularidade: Reconhecer que, após o pagamento, todos os projetos passam a integrar o acervo técnico de propriedade do Município, conforme art. 91 da Lei 14.133/21.

Não impor restrições ao uso, reprodução, alteração ou aplicação dos projetos pela Administração.

16.1.7 Cooperação com a Fiscalização: Atender às solicitações da Fiscalização do Contrato, disponibilizando reuniões técnicas, esclarecimentos, relatórios e suporte até a aprovação definitiva dos produtos.

Garantir a rastreabilidade de todos os documentos produzidos, preservando histórico e versões atualizadas.

16.2. DA CONTRATANTE

16.2.1 Disponibilização de Informações: Fornecer à contratada, no início da execução, todas as informações, documentos, estudos e dados disponíveis que sejam necessários para o desenvolvimento dos projetos, tais como: cadastros existentes, legislações urbanísticas, parâmetros de zoneamento, diretrizes de órgãos reguladores e restrições ambientais.

16.2.2 Fiscalização do Contrato: Designar formalmente um Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/21, para acompanhar e supervisionar a execução.

Acompanhar o desenvolvimento dos serviços, emitindo pareceres técnicos e solicitando correções, quando necessário, de forma tempestiva.

Manter registros formais de todas as reuniões, deliberações e medições.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

16.2.3 Análise e Aprovação de Entregáveis: Examinar e manifestar-se, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma, sobre os produtos apresentados pela contratada.

Formalizar a aprovação ou indicar ajustes necessários, assegurando que não haja paralisação indevida por omissão da Administração.

Emitir os termos de recebimento provisório e definitivo dos serviços, conforme art. 141 da Lei 14.133/21.

16.2.4 Suporte Administrativo e Institucional: Apoiar a contratada nos trâmites que dependam de terceiros, tais como solicitações junto a órgãos públicos, concessionárias de serviços e autarquias, especialmente na obtenção de alvarás, licenças ou aprovações que somente possam ser requeridas pelo ente público.

Disponibilizar espaços e condições adequadas para reuniões técnicas e apresentações.

16.2.5 Pagamentos: Efetuar os pagamentos devidos de acordo com os percentuais e critérios definidos no cronograma físico-financeiro e nesta contratação, desde que comprovada a execução e após aceite da Fiscalização.

Recolher e processar, quando cabível, as retenções legais de tributos e contribuições.

16.2.6 Garantia da Ordem Contratual: Não solicitar serviços que não estejam previstos no escopo contratado sem a formalização prévia de aditivo, conforme art. 124 da Lei 14.133/21.

Adotar as medidas administrativas necessárias para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, § 2º da Lei 14.133/21, caso ocorra fato superveniente que o comprometa.

16.2.7 Comunicação e Cooperação: Manter comunicação clara e formal com a contratada, utilizando atas de reunião, ofícios e registros oficiais para todas as deliberações.

Cooperar para que os serviços sejam concluídos dentro dos prazos estabelecidos, evitando atrasos por falhas administrativas.

17. DAS PENALIDADES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

17.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

17.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

17.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

18.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

18.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

19. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

19.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

19.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

19.4. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

19.4.1. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

19.4.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

19.5. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

19.6. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

19.7. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.8. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

19.9. O contrato vigente será rescindido após a homologação desta Concorrência.

19.10. DA GARANTIA CONTRATUAL:

Será exigida garantia contratual no percentual de até 5% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

- a) A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias após a notificação.
- b) No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- c) As condicionantes para atendimento da garantia contratual, estão previstas no art. 96 da Lei 14.133/21, § 1º, incisos I/II/III e IV, § 2º e 3º.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- a) desde que os serviços a serem subcontratados não estejam contemplados e inclusos nas parcelas de relevância pertencentes ao objeto desta licitação - anexo IV deste TR;
- b) a subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- c) será vedada a subcontratação total do objeto;
- d) caso ocorra à subcontratação citado no subitem 4.4, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- e) as empresas subcontratadas também devem comprovar, junto à contratante, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e ainda detentoras de atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, referentes aos serviços que serão subcontratados;
- f) na hipótese de subcontratação conforme subitem 4.4, os documentos da pretensa subcontratada deverão ser submetidos à administração visando apreciação e anuência;
- g) comprovar que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município.

21. DA SUSTENTABILIDADE

- 21.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis):
- 21.2 Análise do ciclo de vida dos insumos utilizados, para determinar a vantajosidade econômica da intervenção;
- 21.3 Utilização de insumos com menor impacto ambiental negativo, utilização racional, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais e a redução de resíduos.

22. DO REAJUSTE

- 22.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;
- 22.2. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado;
- 22.3. Com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que, em eventuais solicitações nesse sentido, a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

23. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 23.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.
- 23.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	NOMENCLATURA
ÓRGÃO	08	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
UNIDADE	0800	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
PROJETO / ATIVIDADE	1	Investimento
SUBELEMENTO	44905180	Estudos e Projetos
AÇÃO	1910/1069/1174/1188 /1183/1849 1852/1320	Conforme Descrição em Quadro Anexo
FONTES DE RECURSOS	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

- 23.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.
- 24.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.
- 24.3. As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.
- 24.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Agente de Contratação.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

25. FORO

25.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

26. ANEXOS DO EDITAL

26.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
ANEXO II	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO IV	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO V	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO VI	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VII	MINUTA DO CONTRATO

26.2 – Este Edital contém 74 (setenta e quatro) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas /BA, 13 de março de 2026.

Heider do Vale Almeida Pinheiro
Diretoria de Licitações



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – TR – LEI 14.133/21¹

Processo Administrativo nº18412/2025.

1. OBJETO:

- DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº14.133/2021).

- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS CORRELATOS PARA O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS / BAHIA.

1.1. Contratação de serviços especiais de engenharia e arquitetura, de natureza predominantemente intelectual, nos termos da tabela/descrição abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR TOTAL R\$
1	Prestação de Serviços Técnicos e Elaboração de Projetos Executivos Correlatos	m²	1.788.350	15.879.567,80

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA RESUMIDA		B.D.I.: 20,85%
ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL
1	COORDENAÇÃO	535.584,00
2	PROJETOS DE TOPOGRÁFICOS	3.839.574,10
3	PROJETOS URBANOS	6.390.274,00
4	PROJETOS DE PRÉDIOS PÚBLICOS	4.391.225,70
5	SONDAGEM	722.910,00
Total Geral:		R\$ 15.879.567,80

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, trata-se de contratação de serviços de engenharia. Em conformidade ao Decreto Municipal nº5.040 de 15 de junho de 2022, art. 2º inciso III alínea “c”: perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo.

1.3. O objeto é contratação empreitada por preço unitário.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 14 (quatorze) meses, contados da data de emissão da OS, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O custo estimado da contratação é de **R\$ 15.879.567,80** (quinze milhões, oitocentos e setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos) conforme custos unitários apostos em Planilha Estimativa de Quantidades e Preços – anexo III “a” deste TR.

¹ Documento elaborado com base na minuta elaborada pela AGU.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

2.1 A Fundamentação da Contratação encontra-se embasada pela característica da prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de engenharia civil/arquitetura.

A pretensa prestação de serviço é instrumento ao atendimento de diversas intervenções de requalificação urbana, competência institucional desta secretaria, cuja classificação está em conformidade com a Lei 14.133/2021, art.6º, XVIII, alínea "a".

Trata-se de contratação caracterizada por serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a: art. 6º, inciso XVIII, alínea "a".

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

Os fundamentos legais alencados no Documento de Formalização de Demanda – DFD nº004/25, normatizam em caráter de extrema relevância até a sua contratação, uma vez que trata da essência fundamental da engenharia quando da execução de obras, reformas, revitalizações e requalificações dos espaços públicos municipais.

2.2 É vital a esta secretaria a gestão de um instrumento de prestação de serviço técnico de engenharia especializada, em virtude do complexo esquema operacional, de equipamentos específicos e mão de obra qualificada, quando no objetivo final se anseia a eficácia e a eficiência dos dados levantados até a aprovação dos projetos executáveis no município, cujas intervenções vão recondicionar a qualidade de vida da população.

2.3 Ademais, em atendimento ao regimento da nova Lei de Licitações, que veda execução de obras e serviços de engenharia sem apresentação de projeto executivo, independentemente da modalidade a ser licitada, ao órgão contratante caberá disponibilizará pelo menos o levantamento cadastral da área (topografia) e anteprojeto (esboço do projeto final). Tais etapas, atualmente, estão inviáveis na gestão municipal, pois demandam reestruturação técnico-operacional que carecem de investimento a curto prazo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO. (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo:

A pretensa contratação em questão, tem relevância de capacidade operacional, experiência curricular, responsabilidade profissional, comprometimento com o setor público e principalmente no que tange aos benefícios a população e aos requisitos da nova Lei de Licitação com um todo, cujo embasamento legal versa no planejamento das ações públicas.

Se alveja com a prestação dos serviços, entre tantas, a padronização de desempenho e qualidade das intervenções municipais.

É atribuído à SEINFRA:

- planejar, coordenar, avaliar e fiscalizar as obras contratadas pelo município, elaborar projetos de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

edificações públicas e promover a conservação e manutenção dos logradouros públicos;

- executar os serviços necessários à manutenção e ampliação da iluminação pública, da limpeza urbana, do controle e conservação dos parques, jardins e áreas de lazer, da manutenção e controle das feiras, mercados e cemitérios públicos.

Logo, ao atendimento a contento das atribuições acima citadas, a SEINFRA rotineiramente precisa dos serviços técnicos de estudos de solos, levantamento topográfico, que em sua maioria serão bases para elaboração de propostas para anteprojetos, projetos básicos e executivos que venham a atender as demandas planejadas em Plano de Governo 2025/2028.

Por se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de engenharia/arquitetura, seu ciclo de vida classifica-se como indeterminado, embora caiba atualização de dados cadastrais, revisões e reformulações de projetos a longo prazo.

3.2. Especificação do produto:

O produto final da prestação dos serviços constituirá acervo técnico de propriedade da instituição municipal, abrangendo estudos de solos, levantamentos planialtimétricos, anteprojetos, projetos básicos e executivos atualizados, os quais servirão de base para permanentes intervenções e representação do registro histórico das ações urbanas.

Após o pagamento devido à contratada, a titularidade dos projetos e estudos elaborados passará, de pleno direito, ao Município, que deterá a propriedade intelectual e o direito de uso integral dos mesmos, incluindo a possibilidade de reprodução, alteração, adaptação, aplicação em novas obras e disponibilização pública, nos termos do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

Fica vedada à contratada qualquer restrição quanto ao uso, exploração ou divulgação dos projetos elaborados, ressalvados apenas os direitos morais do autor previstos na Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), sem prejuízo da plena utilização dos produtos pela Administração.

A contratada deverá submeter à apreciação da Fiscalização, laudos, relatórios, notas técnicas, estudos e anteprojetos, solicitados pela contratante através das ordens de serviços específicas em conformidade com:

- Normas ABNT, DNIT e demais pertinentes;
- Memorial Descritivo e Especificações Técnicas - anexo III "c" deste TR;
- Responsividade à Gestão Pública;
- Requisitos de Sustentabilidade e Normas ambientais;
- Requisitos de Segurança e Compliance. E tantas quantas forem cabíveis.

Após análises das possíveis soluções apresentadas no estudo técnico preliminar, a equipe de planejamento entende que o escopo em pauta decorre de abertura de processo licitatório, visando contratação de empresa jurídica especializada, uma vez que, a administração municipal não dispõe de expertises técnico-operacional-profissional que atenda a contento tal necessidade.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei 14.133/21)

4.1 Atendimento aos critérios estabelecidos na Fundamentação Legal DFD-SEINFRA nº004/25.

4.2 Sustentabilidade

- Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis):
- Análise do ciclo de vida dos insumos utilizados, para determinar a vantajosidade econômica da intervenção;
- Utilização de insumos com menor impacto ambiental negativo, utilização racional, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais e a redução de resíduos.

4.3 Vistoria

As licitantes poderão visitar os locais das possíveis intervenções e suas circunvizinhanças, até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para recebimentos das propostas objeto deste certame, a fim de atestar ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços a serem elaborados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e execução do contrato.

É de inteira responsabilidade do licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por conta exclusiva da licitante.

A visita ao local onde serão executados os serviços deverá ser agendada com antecedência de 48 horas por telefone ou pessoalmente, as licitantes deverão estar acompanhadas por um técnico indicado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

Endereço: Rua Doutor Gerino de Souza Filho, nº3295, Estrada do Trabalhador – Lauro de Freitas.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A vistoria técnica será facultativa. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar Atestado de Visita ou, alternativamente, Declaração de Ciência das condições locais, assinada por seu responsável técnico. Ambos os documentos terão igual validade para comprovar o conhecimento das condições de execução do objeto.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.3 Subcontratação:

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- a) desde que os serviços a serem subcontratados não estejam contemplados e inclusos nas parcelas de relevância pertencentes ao objeto desta licitação - anexo IV deste TR;
- b) a subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- c) será vedada a subcontratação total do objeto;
- d) caso ocorra à subcontratação citado no subitem 4.4, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte;
- e) as empresas subcontratadas também devem comprovar, junto à contratante, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e ainda detentoras de atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, referentes aos serviços que serão subcontratados;
- f) na hipótese de subcontratação conforme subitem 4.4, os documentos da pretensa subcontratada deverão ser submetidos à administração visando apreciação e anuência;
- g) comprovar que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município.

4.4 Garantia Contratual:

Será exigida garantia contratual no percentual de até 5% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

- a) A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias após a notificação.
- b) No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- c) As condicionantes para atendimento da garantia contratual, estão previstas no art. 96 da Lei 14.133/21, § 1º, incisos I/II/III e IV, § 2º e 3º

4.5 Consórcio

4.5.1 Será permitida a participação de consórcios para contratação em pauta, desde que sejam atendidas as condicionantes previstas no art 15 da Lei 14.133/21.

4.5.2 Na presente contratação, cabe participação de empresas em consórcio, uma vez que o escopo versa de prestação de serviço comum da engenharia civil, com fornecimento de máquinas, ferramentas, mão de obra qualificada, insumos diversos, que demandam de logística para mobilização, transporte, guarda e consumo.

4.5.3 O escopo da pretensa contratação em pauta, embora não caracterizada como metodologia de elevada complexidade executiva, admite operacionalidade conjunta e/ou individualmente a diversas empresas de construção civil do mercado local, regional e nacional.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.5.4 Os consórcios são aglomerados característicos para determinadas atividades, como por exemplo execução de grandes obras de engenharia; atuação no mercado de capitais; acordos exploratórios de serviços de transporte; exploração de atividades minerais e correlatas; atividades de pesquisa ou absorção de tecnologia; e grandes licitações públicas.

MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

(arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

a) modelo de execução: indireta, em regime de empreitada por preço unitário, considerando:

- preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições dos serviços efetivamente elaborados, entregues e aprovados pela fiscalização;

- nas demandas a serem atendidas, cujo volume quantitativo mensal de cada etapa será oscilante;

- a estimativa de quantidades, com base nos levantamentos das demandas distribuídas em doze meses.

O regime de execução adotado será empreitada por preço unitário.

b) definição de prazo para início da execução do objeto: 07 (sete) dias, a partir da emissão da primeira ordem de serviço;

c) descrição detalhada das etapas executivas: em conformidade com tipificação da intervenção;

d) horário de funcionamento: em conformidade com as normas trabalhistas contidas em acordos coletivos do sindicato dos empregados da construção civil vigente;

e) definição da periodicidade dos serviços: em conformidade com predisposto em Ordem de Serviço;

f) procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas: em conformidade com as especificações técnicas (anexo III “c”, deste TR);

g) os deveres e disciplina exigidos: em atendimento às cláusulas contratuais, conforme item 11 – Obrigações do Contratado;

h) o cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos: os itens executados serão medidos, aferidos e aprovados, mensalmente, a cada ordem de serviço cumprida e cronograma físico emitido e aprovado pelos fiscais dos serviços e gestor do contrato;

i) demais especificações que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços: o memorial descritivo e especificações técnicas dos serviços a serem executados constam em anexo III “c” deste TR. Casos omissos e/ou específicos serão dirimidos entre contratante e contratado.

O prazo para início das etapas de execução, conclusão e entrega serão definidos em cada ordem de serviço ou instrumento contratual a ser firmado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Possíveis atrasos de entrega assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os serviços serão executados nos endereços a serem definidos na ordem de serviço.

5 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

O prazo de garantia contratual dos serviços prestados, complementar à garantia legal prevista no art. 618 do Código Civil, será de, no mínimo, 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

O prazo de vigência do contrato é superior ao de execução dos serviços prestados para:

- a) amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo alterar o prazo de vigência contratual;
- b) propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os pagamentos devidos;
- c) englobar os recebimentos, conferências, configurações dos arquivos provisórios e definitivos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

Gestor de Contrato e Fiscal + Portarias – anexo V deste TR.

O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.7 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em exercício a cada medição. Será consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.8. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da prestação de serviço, serão realizadas pelo contratante, por técnicos designados em portarias vigentes, a quem compete verificar se contratada está executando as etapas, em concordância com o Cronograma Físico-Financeiro, e demais instrumentos que integram o Contrato.

7.9. A Fiscalização deverá supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, inclusive no que tange às medições mensais, relatórios/notas e pareceres técnicos e boletins de pagamentos do contrato, atentando-se a sua eficiência e eficácia.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE

Forma e critérios de seleção para a contratação. (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento TÉCNICA & PREÇO.

- A empresa declarada vencedora do processo licitatório, deverá ter atendido as condições estabelecidas nos critérios constantes na Fundamentação Legal - DFD-SEINFRA nº004/25.

8. DA PROPOSTA TÉCNICA:

O critério de julgamento de técnica e preço deve ser utilizado quando a avaliação e a ponderação da qualidade técnica dos licitantes forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração. Lei 14.133/2021, art. 36, § 1º, inciso I:

“serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;”

Por esse critério de julgamento, a apuração da proposta mais vantajosa se dá pela conjugação de fatores relacionados a aspectos de técnica e ao preço a ser pago. Lei 14.133/2021, art. 36, caput:

“O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.”

Serão avaliadas e ponderadas primeiramente as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, estabelecido a “proporção máxima de 70% de valoração para a proposta técnica”. Lei 14.133/2021, art. 36, § 2º:

“No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.”



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual são os realizados em trabalhos relativos a: art. 6º, inciso XVIII.

“a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;”

Os serviços cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e três reais, quarenta e oito centavos); valor atualizado anualmente pelo Poder Executivo federal (art. 182, Decreto nº 12.343 de 31/12/24) devem ser contratados pelo critério de julgamento de melhor técnica, ou de técnica e preço, na proporção de 70% de valoração da proposta técnica, ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação.

Para o julgamento por técnica e preço, a Lei 14.133/2021 estabelece os seguintes fatores de avaliação das propostas em seu art. 37:

I – verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II – atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III – atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A atribuição de notas aos quesitos de natureza qualitativa, de que trata o art. 37 da Lei será realizada por banca com, no mínimo, três membros, composta por servidores efetivos ou empregados públicos; ou por profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência e renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que supervisionados por agente público. (art. 37, inciso II, § 1º, incisos I e II, c/c art. 7º, incisos I a III, e § 1º).

Nesse sentido, será firme o sentido de que os fatores de ponderação entre as notas das propostas de técnica e de preço serão fundamentados neste TR, a fim de evidenciar os princípios da motivação, da razoabilidade e da proporcionalidade que serão especialmente valorizados quando da escolha do critério de julgamento por técnica e preço, da definição da proporção entre os quesitos e da escolha dos critérios de avaliação da técnica envolvida, os quais foram dotados do máximo de objetividade possível. Serão observados na análise das propostas técnicas os critérios de pontuação referentes à Capacidade Técnico Operacional e Técnico Profissional da Empresa.

A partir do exame dos documentos integrantes da Proposta Técnica, serão atribuídas as seguintes pontuações:

- Plano de Trabalho (PT) = Máximo 20 (vinte) pontos.
- Capacidade Técnica Operacional da Empresa (CTE) = Máximo 30 (trinta) pontos.
- Equipe Técnica Profissional (ET) = Máximo 40 (quarenta) pontos.
- Desempenho Anterior (Art. 37, III da Lei 14.133/21) (DA) = Máximo 10 (dez) pontos.



8.1. DO PLANO DE TRABALHO (PT)

O Plano de Trabalho constitui a principal peça técnica a ser apresentada pelas licitantes, funcionando como instrumento de avaliação da capacidade de compreensão, planejamento e execução dos serviços contratados.

Sua finalidade é demonstrar que a empresa participante conhece a realidade e as necessidades específicas do Município de Lauro de Freitas/BA, apresentando soluções técnicas compatíveis com os objetivos do Termo de Referência.

Além de orientar a Administração quanto à viabilidade e à qualidade da proposta, o Plano de Trabalho serve para:

- **evidenciar o domínio técnico** da empresa sobre os desafios do objeto;
- **demonstrar metodologias adequadas** à execução das etapas contratuais;
- **apresentar a equipe técnica responsável**, comprovando experiência e capacidade de entrega;
- **garantir a compatibilidade** entre prazos, qualidade e recursos disponíveis;
- **permitir avaliação objetiva** por meio de critérios de pontuação previamente estabelecidos.

Dessa forma, o Plano de Trabalho não é apenas uma exigência formal, mas um mecanismo essencial para assegurar que a contratação resulte em projetos consistentes, eficientes e alinhados às necessidades estratégicas do município, especialmente no campo da infraestrutura urbana e mobilidade.

Critérios de Avaliação e Pontuação (Total: 20 pontos)

1. Conhecimento do Problema (até 4 pontos)

- Diagnóstico preliminar do objeto ou área de intervenção;
- Demonstração de familiaridade com a realidade local, incluindo aspectos urbanísticos, socioeconômicos e ambientais;
- Identificação dos principais desafios técnicos a serem superados.

2. Metodologia e Estratégia de Execução (até 8 pontos)

- Descrição da metodologia para cada etapa dos serviços (levantamentos, sondagens, anteprojetos, projetos básicos e executivos);
- Indicação das ferramentas e tecnologias a serem utilizadas (CAD, BIM, georreferenciamento, etc.);
- Estratégias de controle de prazos e mitigação de riscos.

3. Equipe Técnica Proposta (até 4 pontos)

- Relação nominal dos profissionais-chave, com atribuições definidas;
- Currículos e atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto;
- Compromisso de participação efetiva, admitindo substituição apenas por profissionais de igual ou maior experiência, mediante anuência da Administração.

4. Cronograma e Plano de Qualidade (até 4 pontos)

- Cronograma físico detalhado, compatível com as etapas previstas;
- Definição de marcos de entrega e validação;
- Procedimentos de garantia da qualidade técnica e compatibilização entre disciplinas.

8.2. DA EQUIPE TÉCNICA (ET)

A equipe técnica estará sujeita a pontuação e deverá ser composta por profissionais com formação, experiência e habilidades requeridas para o desenvolvimento dos serviços, comprovadas mediante apresentação dos respectivos Currículos e/ou Atestados,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

com as respectivas CATs, no caso de projetos de arquitetura e engenharia. A equipe técnica deverá conter os profissionais relacionados no quadro da equipe técnica mínima indicado:

ITEM	EQUIPE TÉCNICA	PONTUAÇÃO MÁXIMA	OBSERVAÇÃO
1	Engenheiro Agrimensor com experiência em levantamento topográfico planialtimétrico	5	1,67 pontos para cada atestado válido apresentado
2	Engenheiro Agrimensor com experiência em aerolevanteamento	5	1,67 pontos para cada atestado válido apresentado
3	Arquiteto urbanista com experiência em projetos de arquitetura e urbanismo	6	2,0 pontos para cada atestado válido apresentado
4	Engenheiro civil Coordenador com experiência em coordenação de projetos de infraestrutura rodoviária	9	3,0 pontos para cada atestado válido apresentado
5	Engenheiro Civil Pleno com experiência em elaboração de projetos de rodovias (geometria, terraplenagem, pavimentação)	9	3,0 pontos para cada atestado válido apresentado
6	Engenheiro Civil/Sanitarista Pleno com experiência em elaboração de projetos de micro e macrodrenagem	6	2,0 pontos para cada atestado válido apresentado

O coordenador do contrato deverá ter experiência comprovada de no mínimo 5 anos e ser responsável técnico constante do QUADRO DA EQUIPE MÍNIMA, sendo profissional integrante do quadro técnico de pessoal da empresa licitante e atender às exigências de prova de acervo técnico e formação acadêmica, com pelo menos curso de especialização em infraestrutura urbana. A equipe técnica terá sua participação considerada a partir da comprovação de aptidão Técnico-Profissional, sendo cada integrante considerado Profissional de Nível Superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, reconhecido(s) pelo CREA/CAU, detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA/CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) Profissional(is), executado para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada.

Para habilitação, a licitante deverá apresentar pelo menos 1 (um) atestado com CAT que comprove experiência compatível com o objeto. A apresentação de atestados adicionais será considerada para fins de pontuação técnica, conforme os critérios estabelecidos neste TR.

Não serão aceitos atestados emitidos por empresas componentes do mesmo grupo econômico da licitante.

A substituição do responsável técnico ou de profissionais que comporão a equipe técnica, somente se dará nos casos supervenientes, fortuitos ou de força maior, sempre por outro de perfil equivalente ou superior ao proposto, mediante prévia autorização.

Deverão ser anexados os currículos sumários de todos os profissionais de nível superior, acompanhados dos Termos de Autorização de Participação dos mesmos na Equipe Técnica, contendo suas assinaturas e firmas reconhecidas. No caso de técnicos estrangeiros, os Termos de Autorização deverão ser traduzidos para o português, por tradutor juramentado, devidamente comprovando esta condição.

Para os profissionais da área de arquitetura e engenharia, deverão ser apresentadas também, as Certidões de Registro e Quitação com os Conselhos de Classe (CREA/CAU) e para profissionais técnicos em seus Conselhos de Classe pertinentes.

Cada currículo deverá ser limitado ao máximo de 04 (quatro) páginas, tamanho A4.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

8.3. DA CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA (CTE)

Para atribuição da pontuação relativa à capacidade técnica da empresa, que valerá no máximo 30 pontos, estão assim distribuídos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO ITEM	UND	QUANT. MÍNIMO	PONTUAÇÃO
1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL EM ÁREA URBANIZADA/NÃO URBANIZADA	M2	844.175,00	5
2	PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL - (MICRO E MACRODRENAGEM)	KM	47,50	5
3	PROJETO GEOMÉTRICO E TERRAPLENAGEM	KM	47,50	5
4	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	KM	47,50	5
5	PROJETO ARQUITETÔNICO	M2	14.000,00	5
6	AEROLEVANTAMENTO GEORREFERENCIADO (MAPEADO) INCLUSIVE PROCESSAMENTO DE IMAGENS	HÁ	36.000,00	5

Para fins de comprovação dos itens de maior relevância, serão considerados os atestados de capacidade técnica que demonstrem o desempenho de atividades pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da licitante enquanto pessoa jurídica, para que fique demonstrada a execução dos serviços relacionados.

Caso o atestado não esteja registrado junto ao respectivo Conselho Regional, deverá ser apresentado:

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços;
- Contrato de Prestação de Serviços.

No julgamento das propostas técnicas, será atribuída à empresa uma Nota Técnica (NT), com a seguinte formulação: $NT = 100 \times Te/Tm$, em que:

NT = Nota Técnica da empresa.

Te = Pontuação da empresa.

Tm = Máxima pontuação observada dentre todas as empresas.

A proposta de preço (NP) será dada da seguinte forma: $NP = 100 \times Pm/Pe$, em que:

NP = Nota de preço da empresa.

Pm = Menor preço apresentado dentre as propostas válidas.

Pe = Preço da empresa.

O Agente de Contratação fará o cálculo da Nota Total Ponderada do proponente (NTP), observando-se a seguinte fórmula: $NTP = 0,7 NT + 0,3 NP$, em que:

NTP = Nota Total Ponderada do proponente.

NT = Nota Técnica do proponente.

NP = Nota de Preço do proponente

Serão classificadas as empresas que obtiverem pontuação acima de 50 (cinquenta) pontos no somatório total dos critérios previstos acima citados, e desclassificadas todas que não alcançarem esta pontuação mínima.

8.4. DESEMPENHO ANTERIOR

Nos termos do art. 37, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, será atribuída pontuação referente ao **Desempenho Anterior (DA)** da licitante, limitada ao máximo de **10 (dez) pontos**, observados os seguintes critérios objetivos e devidamente comprovados por documentos oficiais:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

I – Cumprimento de prazos contratuais (até 4 pontos): será atribuída pontuação de **2 (dois) pontos por contrato** encerrado, com recebimento definitivo sem atrasos superiores a 10% do prazo originalmente pactuado, admitidas prorrogações formalmente justificadas por fatos não imputáveis à contratada. Serão considerados até 2 (dois) contratos, totalizando no máximo 4 (quatro) pontos.

II – Qualidade técnica dos serviços prestados (até 4 pontos): será atribuída pontuação de **2 (dois) pontos por contrato** recebido definitivamente sem glosas contratuais superiores a 5% do valor contratado, sem retrabalhos superiores a 10% dos entregáveis e sem devoluções imputáveis à contratada por órgãos licenciadores. Serão considerados até 2 (dois) contratos, totalizando no máximo 4 (quatro) pontos.

III – Histórico de sanções contratuais (até 2 pontos): serão atribuídos **2 (dois) pontos** às licitantes que não possuírem sanções registradas (advertência, multa, suspensão ou impedimento) com decisão administrativa final nos últimos 60 (sessenta) meses, conforme consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e certidões emitidas pelos órgãos competentes. Caso haja apenas advertência isolada e sem reincidência, será atribuído **1 (um) ponto**; havendo multas, suspensões ou impedimentos, será atribuída **nota zero** neste subcritério.

§1º. Para fins de avaliação, serão considerados apenas contratos concluídos e recebidos definitivamente nos últimos 60 (sessenta) meses, de natureza e complexidade equivalentes ou superiores ao objeto da presente licitação.

Na hipótese de a licitante não possuir contratos anteriores de natureza e complexidade equivalentes, e não constar registro de sanções administrativas com decisão final no PNCP ou em outros cadastros oficiais, será atribuída **nota base de 5 (cinco) pontos** no critério de Desempenho Anterior (DA).

Tal medida visa apenas resguardar a **isonomia e a competitividade** do certame, em conformidade com o art. 37, III, da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência do TCU, não representando benefício ou bonificação, mas neutralidade na avaliação.

8.5. DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES (LEI Nº 14.133, DE 2021, ART. 67).

- Técnica, disposto no art. 67, conforme segue:

a) Registro ou inscrição da licitante e dos responsáveis técnicos na entidade profissional competente, da região da sede da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto social da licitação. Para este objeto, consideram-se os registros junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Região, bem como do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da sua sede.

b) Comprovação de qualificação para as atividades de aerolevanteamento: Prova de efetiva e homologada inscrição no Ministério da Defesa na Categoria “A” (executante das fases aeroespacial e decorrente do aerolevanteamento) em nome da licitante, nos termos do parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei 1.177/1971, inciso I do art. 6º do Decreto 2.278/1997 e inciso I do art. 10º da portaria normativa n. 101/GM-MD de 26 de dezembro de 2018, válida na data de apresentação das propostas.

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

Comprovação de capacidade técnico-operacional: apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da contratação



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- O licitante deverá comprovar experiência mínima de 1 (um) ano na prestação de serviços técnicos em elaboração de projetos, mediante atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas.

Comprovação de capacidade técnico-profissional: apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome do (s) profissional (is) indicado (s) para atuar como responsável (is) técnico (s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da contratação, devidamente emitido por entidade profissional competente.

- indicação da equipe técnica profissional, devidamente registrados no conselho profissional competente, a cada qualificação, detentores de atestados de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, para fins de contratação.
- certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade técnico profissional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior; (anexo IV do TR).
- Melhor pontuação aos critérios da capacidade técnica da equipe indicada: formação, experiência e habilidades adquiridas para o desenvolvimento dos projetos, nos termos:

1. apresentação dos respectivos Currículos Vitae e Atestados, com as respectivas CATs, no caso de projetos de arquitetura e engenharia e outros equivalentes;

2. indicação de responsável técnico integrante do quadro técnico da empresa licitante com formação acadêmica, no mínimo curso de especialização na área de arquitetura e/ou urbanismo.

3. apresentação dos Termos de Autorização de Participação da Equipe Técnica.

- indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como todos os aparatos de recursos técnicos, inclusive para os trabalhos de campo, laboratório e elaboração dos projetos, a citar software's.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV deste TR.

- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

- Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

- O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

- Indicação do licitante, na data prevista para entrega da proposta, de profissionais com qualificação compatível, devidamente registrados nos conselhos profissionais competentes, detentores de atestados de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, para fins de contratação.

- Admite-se para comprovação de compromisso com a licitante, as seguintes modalidades:

a) Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;

b) Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;

c) Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, reconhecida firma entre as partes;

d) Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes, com data anterior a abertura dos envelopes da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora.

- Será admitida a substituição dos profissionais indicados, por outros com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

- Poderá ser apresentado o mesmo atestado para a licitante e para o Responsável Técnico, desde que venha indicado o nome de ambos no documento.

- Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional e profissional, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior constantes no anexo IV deste TR.

- Os documentos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade.

Proposta Comercial: A Proposta Comercial deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao escopo, não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstas neste TR e seus anexos constitutivos. A Proposta Financeira deverá constar de todos os elementos técnicos necessários a formatação da proposta em todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha Estimativa de Quantidades e Preços (ANEXO III "a"), que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela contratante.

- O valor global e os valores unitários da proposta não poderão superar o orçamento estimado pela Administração Pública. (art. 59 da Lei 14.133/21).

- Declaração de aceite total as condições do Edital e seus anexos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- Apresentação de todos os elementos técnicos que comporam o preço ofertado e a proposta comercial como um todo (planilhas de formações de preços).

- A licitante cuja proposta seja classificada em primeiro lugar deverá encaminhar os arquivos que compõem sua a proposta comercial em formato.xls (excel) otimizando análise pelos agentes de contratação.

Critérios de aceitabilidade de preços: Ressalvado o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será abaixo dos valores unitários e global estimados para a contratação.

A aceitabilidade de preços observará os valores unitários máximos da Planilha Estimativa (Anexo III 'a'). Os serviços serão medidos conforme critérios do Anexo III 'c'. Variações de quantitativos são próprias do regime por preço unitário e não alteram os preços unitários contratados, observados os limites legais para acréscimos/supressões.

Sendo aceita a proposta classificada em primeiro lugar, após o julgamento da proposta TÉCNICA E PREÇO, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado, mediante apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de acordo com as exigências estabelecidas em Edital.

Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- O licitante enquadrado como microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), em função do valor estimado para a presente contratação NÃO poderá auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006. (art 4º, §1º da Lei de Licitações nº 14.133/21)

- A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II); 8.6.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

a) A licitante deve comprovar através do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices ILG, ILC e ISG do último exercício social iguais ou superiores a 1,00 conforme segue:

a.1) O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

a.2) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula:
 $ILC = AC / PC$

a.3) O Índice de Solvência Geral (ISG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula:
 $ISG = AT / PC + ELP$

a.4) Os elementos das fórmulas são os provenientes do balanço do último exercício financeiro, e discriminados conforme a seguir:

ILG = Índice de Liquidez Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

ISG = Índice de Solvência Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

- Tais índices econômicos aqui indicados, serão validados pelos agentes de contratação, quando da elaboração de Edital.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

- O registro previsto na Lei nº5.764, de 1971, art. 107;

- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.2 Como condição indispensável para a execução de qualquer demanda vinculada ao presente contrato, deverá ser previamente lavrada Ata de Reunião de Justificativa da Demanda, a qual deverá conter, no mínimo: descrição detalhada do objeto solicitado, motivação de interesse público, enquadramento contratual da demanda, estimativa de valores e impactos orçamentários do custo de projeto e custo de obra e o cronograma físico-financeiro de execução por fases, compatível com os entregáveis previstos neste Termo de Referência.

A referida Ata deverá ser assinada pelos responsáveis técnicos da Administração, pelo Fiscal do Contrato e pelo Ordenador de Despesa, constituindo-se em documento formal de autorização para início da execução.

Nenhuma atividade poderá ser iniciada pela contratada sem a prévia emissão e aprovação desta Ata, incluindo o cronograma por fases, sob pena de não reconhecimento da despesa pela Administração.

9.3 Os pagamentos serão efetuados em parcelas proporcionais às etapas concluídas, vinculados ao cronograma físico-financeiro e condicionados à aprovação da Fiscalização do Contrato. Cada fase somente será considerada concluída após a entrega integral dos produtos previstos, acompanhada de relatório técnico e aceite formal pela Administração.

A distribuição dos percentuais de pagamento obedecerá à seguinte forma:

- **Fase 01 - Estudos Preliminares (20%)**

Compreende a entrega da concepção inicial, anteprojeto, estudo de viabilidade e alternativas técnicas, mediante apresentação de relatório consolidado contendo memoriais e peças gráficas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Adicionalmente, deverá ser apresentada maquete eletrônica em 3D, incluindo vídeo de simulação do projeto e imagens renderizadas ilustrativas, de modo a possibilitar a visualização espacial e arquitetônica da proposta.

- **Fase 2 – Projeto Básico (30%)**

Corresponde à entrega de plantas, cortes, fachadas, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e levantamento quantitativo dos elementos do projeto, em nível compatível com Projeto Básico. A aprovação fica condicionada à análise e aceite da Fiscalização, que deverá atestar a conformidade com normas técnicas e diretrizes contratuais.

- **Fase 3 – Projeto Executivo (30%)**

Inclui a apresentação de detalhamentos executivos, compatibilização de disciplinas, e deverá, obrigatoriamente, ser entregue em conjunto com o orçamento detalhado da obra. Somente serão aceitos pela Fiscalização os projetos acompanhados do orçamento, que deverá estar compatível com o levantamento quantitativo e as peças gráficas.

- **Fase 4 – Entrega Final e Aprovação (20%)**

Engloba a consolidação de todos os documentos em meio digital editável e não editável, bem como a entrega física (quando aplicável), além do suporte técnico à análise por órgãos competentes, com aceite definitivo da Fiscalização e comprovação de que eventuais ajustes solicitados foram devidamente incorporados.

Para os projetos de edificação, em casos em que o empreendimento possuir pavimentos-tipo, módulos ou blocos com características idênticas, a medição e o pagamento da fase serão efetuados com base na entrega de um único exemplar representativo, elaborado de forma completa, contendo todas as peças gráficas, memoriais e detalhamentos aplicáveis.

O contratado deverá, no memorial de cálculo e no levantamento quantitativo, indicar expressamente, quais elementos são repetidos, o número exato de repetições e as variações específicas existentes (tais como pavimento térreo, cobertura, áreas técnicas ou de uso comum), apresentando os respectivos projetos completos para essas partes não repetitivas.

Nos projetos de urbanização, deverá respeitar o memo conceito, onde em trechos de quadras, lotes, módulos ou elementos padronizados e repetitivos (tais como pavimentos-tipo viários, redes de drenagem, trechos de calçadas, módulos de iluminação ou de mobiliário urbano), será exigida a apresentação integral de um exemplar representativo de cada tipologia, contendo todas as peças gráficas, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e levantamentos quantitativos aplicáveis.

9.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos imediatamente a notificação da fiscalização, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.11 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo estabelecido em contrato para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.12.1 o prazo de validade;
- 9.12.2 a data da emissão;
- 9.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 9.12.5 o valor a pagar; e
- 9.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.15 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

9.19 O pagamento será efetuado no prazo conforme estabelecido em contrato, conforme seção anterior.

9.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice estabelecido em contrato de correção monetária.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	NOMENCLATURA
ÓRGÃO	08	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
UNIDADE	0800	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
PROJETO / ATIVIDADE	1	Investimento
SUBELEMENTO	44905180	Estudos e Projetos
AÇÃO	1910/1069/1174/1188 /1183/1849 1852/1320	Conforme Descrição em Quadro Anexo
FONTES DE RECURSOS	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:	14 (quatorze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021, art. 105.	

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. **Execução Técnica:** Elaborar os projetos com observância às normas técnicas aplicáveis (ABNT, CAU/BR, CREA, DNIT, órgãos setoriais e ambientais).

Garantir a compatibilização entre todas as disciplinas (arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica, urbanismo, paisagismo etc.), de modo a evitar conflitos ou sobreposições.

Apresentar os produtos nos formatos exigidos: digital editável (DWG, RVT, XLS, DOCX) e não editável (PDF), bem como cópias impressas quando solicitado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 11.2. **Qualidade e Integridade do Projeto:** Fornecer projetos completos, detalhados e atualizados, em nível suficiente para a licitação e execução da obra, incluindo memoriais descritivos, memoriais de cálculo, levantamentos quantitativos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

Responsabilizar-se pela fidedignidade dos levantamentos de campo, topográficos, planialtimétricos e cadastrais.

Promover, sem ônus adicional para a Administração, todas as revisões e ajustes solicitados pela Fiscalização até a aprovação final de cada fase.

- 11.3. **Aprovações e Alvarás:** Elaborar e protocolar, em nome da Administração, toda a documentação necessária para a obtenção de alvarás, licenças e aprovações em órgãos competentes, responsabilizando-se pela tramitação até a expedição.

Acompanhar eventuais diligências e incorporar as exigências técnicas emitidas pelos órgãos públicos.

- 11.4. **Prazos e Cronograma:** Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado, apresentando relatórios de andamento sempre que solicitado.

Solicitar prorrogação de prazo somente em hipóteses legais, mediante justificativa formal, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

- 11.5. **Responsabilidade Técnica:** Manter equipe composta por profissionais legalmente habilitados, com registro em CAU/CREA, apresentando as respectivas ARTs ou RRTs.

Assumir integral responsabilidade técnica pelos projetos, respondendo por eventuais falhas, omissões ou incompatibilidades.

- 11.6. **Direitos Autorais e Titularidade:** Reconhecer que, após o pagamento, todos os projetos passam a integrar o acervo técnico de propriedade do Município, conforme art. 91 da Lei 14.133/21.

Não impor restrições ao uso, reprodução, alteração ou aplicação dos projetos pela Administração.

- 11.7. **Cooperação com a Fiscalização:** Atender às solicitações da Fiscalização do Contrato, disponibilizando reuniões técnicas, esclarecimentos, relatórios e suporte até a aprovação definitiva dos produtos.

Garantir a rastreabilidade de todos os documentos produzidos, preservando histórico e versões atualizadas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. **Disponibilização de Informações:** Fornecer à contratada, no início da execução, todas as informações, documentos, estudos e dados disponíveis que sejam necessários para o desenvolvimento dos projetos, tais como: cadastros existentes, legislações urbanísticas, parâmetros de zoneamento, diretrizes de órgãos reguladores e restrições ambientais.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 12.2. **Fiscalização do Contrato:** Designar formalmente um Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/21, para acompanhar e supervisionar a execução.

Acompanhar o desenvolvimento dos serviços, emitindo pareceres técnicos e solicitando correções, quando necessário, de forma tempestiva.

Manter registros formais de todas as reuniões, deliberações e medições.

- 12.3. **Análise e Aprovação de Entregáveis:** Examinar e manifestar-se, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma, sobre os produtos apresentados pela contratada.

Formalizar a aprovação ou indicar ajustes necessários, assegurando que não haja paralisação indevida por omissão da Administração.

Emitir os termos de recebimento provisório e definitivo dos serviços, conforme art. 141 da Lei 14.133/21.

- 12.4. **Suporte Administrativo e Institucional:** Apoiar a contratada nos trâmites que dependam de terceiros, tais como solicitações junto a órgãos públicos, concessionárias de serviços e autarquias, especialmente na obtenção de alvarás, licenças ou aprovações que somente possam ser requeridas pelo ente público.

Disponibilizar espaços e condições adequadas para reuniões técnicas e apresentações.

- 12.5. **Pagamentos:** Efetuar os pagamentos devidos de acordo com os percentuais e critérios definidos no cronograma físico-financeiro e nesta contratação, desde que comprovada a execução e após aceite da Fiscalização.

Recolher e processar, quando cabível, as retenções legais de tributos e contribuições.

- 12.6. **Garantia da Ordem Contratual:** Não solicitar serviços que não estejam previstos no escopo contratado sem a formalização prévia de aditivo, conforme art. 124 da Lei 14.133/21.

Adotar as medidas administrativas necessárias para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, § 2º da Lei 14.133/21, caso ocorra fato superveniente que o comprometa.

- 12.7. **Comunicação e Cooperação:** Manter comunicação clara e formal com a contratada, utilizando atas de reunião, ofícios e registros oficiais para todas as deliberações.

Cooperar para que os serviços sejam concluídos dentro dos prazos estabelecidos, evitando atrasos por falhas administrativas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

13. DEMAIS DOCUMENTOS (ANEXOS)

13.1. São ainda, documentos integrantes deste TR:

ANEXO I: Modelo da Proposta Comercial.

ANEXO II: Vistoria Técnica ao Local das Obras/Serviços.

a – Modelo Declaração Vistoria Técnica ao Local das Obras/Serviços;

b – Modelo Atestado de Ciência do Objeto.

ANEXO III: Caderno de Orçamento.

a – Planilha Estimativa de Quantidades e Preços;

b – Cronograma Físico-Financeiro;

c – Memorial Descritivo & Especificações Técnicas;

d – Memórias de Cálculos dos Quantitativos;

e – Composição de Preços & Cotação de Preços;

f – Composição do BDI adotado;

g – Composição dos Encargos Sociais adotados;

h – Registro de Responsabilidade - ART.

ANEXO IV: Lista de Serviços de Maior Relevância + Curva ABC.

ANEXO V: Declaração do Gestor & Fiscalização/Portarias.

ANEXO VI: Contratos de Repasse/Termo de Compromisso/Propostas.

ANEXO VII: Declarações Complementares.

Lauro de Freitas/BA, 03 de março de 2026.

Eng° Leon Pereira Brito Franco
Matrícula 121076-1

Joselene Cardim Barbosa Souza
Secretária Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Equipe de Planejamento: Engº Civil Leon Franco
Unidade Demandante: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Data: 08/10/2025
Regência Legal: Lei 14.133/2021

- Contratação de Pessoa Jurídica por meio de licitação para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS CORRELATOS PARA O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS / BAHIA.**

I- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, responsável pelo planejamento, coordenação e fiscalização de projetos e obras públicas, necessita dispor de instrumentos técnicos adequados para atender às demandas de infraestrutura urbana do Município.

A contratação de serviços especializados de sondagens, levantamentos topográficos e elaboração de projetos (anteprojeto, básicos e executivos) é indispensável para embasar intervenções de engenharia com viabilidade técnica e econômica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A ausência desses serviços compromete a eficiência da Administração, podendo resultar em ações emergenciais sem planejamento, maior custo para os cofres públicos e menor qualidade das obras, além de dificultar a captação de recursos externos. Tais fragilidades impactam diretamente a mobilidade, a segurança e a qualidade de vida da população.

A realização do presente estudo busca demonstrar a necessidade de uma contratação estruturada, que permita à Administração planejar e executar ações de forma preventiva, contínua e sustentável, assegurando maior eficiência na gestão da infraestrutura urbana e alinhamento ao interesse público.

Além disso, a contratação proposta está alinhada às diretrizes do Plano de Governo, que prioriza a melhoria da infraestrutura urbana, a mobilidade e a qualidade de vida da população, bem como às metas estabelecidas no Plano Plurianual do Município (2022–2025), que contempla programas de urbanização, saneamento, requalificação de espaços públicos e expansão dos serviços essenciais. Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar fundamenta-se não apenas nas necessidades operacionais da SEINFRA, mas também no cumprimento dos compromissos assumidos no planejamento estratégico da gestão municipal.

II- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A presente contratação encontra-se formalmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2025, aprovado e publicado no sítio eletrônico oficial do Município de Lauro de Freitas/BA, em conformidade com o art. 12, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, e com as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

A inclusão desta demanda no PCA decorre da necessidade previamente identificada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA, no âmbito do planejamento de obras e serviços de engenharia, garantindo que os investimentos em sondagens, levantamentos topográficos e projetos básicos e executivos estejam alinhados:

- Prioridades de gestão definidas no Plano de Governo;
- Metas do Plano Plurianual (2022–2025), especialmente no eixo de infraestrutura urbana;
- Diretrizes orçamentárias do Município, permitindo o adequado provisionamento de recursos.

Dessa forma, demonstra-se que a contratação não é uma ação isolada, mas integra o planejamento estratégico municipal e o cronograma anual de aquisições, assegurando maior eficiência, transparência e economicidade ao processo licitatório.

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	NOMENCLATURA
ÓRGÃO	08	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
UNIDADE	0800	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
PROJETO / ATIVIDADE	1	Investimento
SUBELEMENTO	44905180	Estudos e Projetos
AÇÃO	1910/1069 1174/1188 1183/1849 1852/1320	Conforme Descrição em Quadro Anexo
FONTES DE RECURSOS	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:	14 (quatorze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021, art. 105.	



III- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO. Lei 14.133/21

A contratação em análise deverá atender a um conjunto de requisitos mínimos, em consonância com o disposto no art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de definição prévia dos elementos necessários à satisfação do interesse público. Tais requisitos visam assegurar que o objeto contratado seja executado de forma eficiente, econômica e com qualidade técnica compatível às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA.

Execução Contratual: O objeto será executado de forma indireta, mediante empreitada por preço unitário, considerando a natureza contínua e variável dos serviços de sondagem, topografia e elaboração de projetos. A opção por este regime garante maior transparência no controle das medições e na aferição dos quantitativos efetivamente executados.

Prazo de vigência e início da execução: O contrato terá prazo de vigência de 14 (quatorze) meses, período considerado adequado para realização das etapas previstas, compreendendo desde o levantamento de campo até a entrega dos projetos executivos. O início da execução está condicionado à emissão de Ordem de Serviço, que deverá ocorrer em até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, assegurando agilidade e planejamento.

Observância a normas técnicas e legais: Todos os serviços deverão obedecer rigorosamente às normas da ABNT, DNIT e demais legislações técnicas aplicáveis, assegurando qualidade, padronização e confiabilidade dos produtos entregues. Esse requisito é essencial para permitir que os projetos resultantes possam ser utilizados em obras públicas futuras sem riscos de incompatibilidades ou falhas técnicas.

Vistoria técnica: Será facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica nos locais de execução, podendo esta ser substituída por declaração formal de ciência das condições existentes. Esse requisito garante isonomia entre os concorrentes, ao mesmo tempo em que previne alegações posteriores de desconhecimento das condições locais.

Propriedade intelectual e direito de uso: Os estudos e projetos elaborados no âmbito da contratação constituirão acervo técnico de propriedade e uso exclusivo do Município, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Após o pagamento, o Município deterá todos os direitos patrimoniais sobre os produtos entregues, assegurando a utilização plena e contínua para futuras intervenções de infraestrutura.

Garantia contratual: Será exigida garantia contratual de até 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021, como medida de proteção do interesse público e de mitigação de riscos decorrentes de eventual inadimplemento.

Alinhamento ao planejamento: Os requisitos aqui descritos estão em consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA) e com o Plano Plurianual (2022–2025) do Município, além de estarem alinhados às diretrizes do Plano de Governo da Prefeita Débora Régis, que prioriza investimentos em infraestrutura urbana, mobilidade e qualidade de vida da população. Dessa forma, os requisitos da contratação não apenas delimitam as condições técnicas e jurídicas para a execução do objeto, mas também asseguram a coerência com o planejamento estratégico municipal, garantindo maior efetividade, segurança jurídica e observância ao princípio da supremacia do interesse público.

IV- ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

As estimativas de quantitativos serão definidas a partir da previsão de recursos constantes no Plano de Contratações Anual do Município, contemplando possíveis fontes de custeio, tais como contratos de repasse, termos de compromisso, operações de crédito e o erário municipal. O dimensionamento partirá de estudos técnicos que deverão ser elaborados pela Coordenação de Planejamento da SEINFRA, consolidados em memorial de cálculos, assegurando observância às normas técnicas e viabilidade econômico-financeira e socioambiental da contratação.

De acordo com o IBGE – Censo Demográfico 2022, o Município de Lauro de Freitas/BA possuía 203.334 habitantes, e a estimativa populacional para 2024 é de 217.960 habitantes (IBGE/Estimativas Populacionais). O crescimento demográfico evidencia a necessidade de ampliação da infraestrutura urbana, harmonizando a ocupação territorial e as atribuições atuais da SEINFRA. Ressalte-se que a última contratação semelhante, datada de 2017/2018, teve caráter limitado e não supre as demandas acumuladas e reprimidas.

As estimativas ora apresentadas estão fundamentadas no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que exige a quantificação prévia da contratação, e no art. 6º, XXV, que define os elementos necessários de projeto básico, incluindo levantamentos topográficos, sondagens, estudos geotécnicos e socioambientais.

Para fins de aferição objetiva, os serviços serão medidos em unidades técnicas usuais no mercado, a exemplo de:

- m² para levantamentos topográficos e cadastrais;
- furos de sondagem/metros lineares para investigações geotécnicas;
- nº de projetos (anteprojeto, básicos e executivos) entregues;
- planilhas orçamentárias e memoriais descritivos correspondentes.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, as quantidades estimadas representam um contrato abrangente e ajustável, permitindo a emissão de Ordens de Serviço específicas conforme a tipificação da intervenção, sempre observando as demandas da gestão municipal e a disponibilidade orçamentária e financeira prevista no Plano de Governo 2025–2028 e demais instrumentos de planejamento.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atender à necessidade administrativa, foram analisadas diferentes alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, operacionais, financeiros e logísticos, em conformidade com a legislação vigente aplicável às contratações públicas.

A análise foi elaborada à luz da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente dos dispositivos que orientam a padronização de procedimentos (art. 19) e a observância dos princípios fundamentais da Administração Pública (art. 5º), como legalidade, impessoalidade, eficiência, interesse público, economicidade e desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a Administração deve adotar ações padronizadas de planejamento e execução, em alinhamento ao Plano de Governo. Observando que a estrutura técnico-operacional atual da instituição municipal apresenta limitações em termos de recursos humanos, instalações físicas, investimentos financeiros e instrumentos logísticos de mobilização.

Assim, coube à equipe técnica de planejamento da SEINFRA realizar estudo de viabilidade das alternativas de contratação, de modo a assegurar aderência às exigências legais e a compatibilidade com as diretrizes estratégicas da gestão municipal.

Alternativa 01: Execução direta pela Administração

Nesta alternativa, caberia à Administração formar uma equipe técnica própria, composta por profissionais multiprofissionais qualificados (engenheiros, arquitetos, topógrafos, técnicos de sondagem, laboratoristas, projetistas, motoristas e auxiliares de campo).

Para viabilizar a execução direta, seria necessário:

- Aquisição de softwares modernos e compatíveis, devidamente licenciados e atualizados (CAD, BIM, georreferenciamento, orçamentação e outros);
- Implantação de infraestrutura física adequada, com laboratórios de solos, almoxarifados, áreas de manutenção e espaços técnicos;
- Compra de equipamentos e acessórios especializados, como estação total, receptores GNSS, drones, penetrometros, sondas rotativas, plotters de grande formato, entre outros;
- Disponibilização de frota própria, dimensionada para atender às diferentes frentes de campo, a exemplo de caminhão truck carroceria para sondagem e veículos cabine simples ou dupla para equipes topográficas.

Apesar de tecnicamente possível, a pesquisa de mercado identificou desafios significativos para a adoção desta alternativa:

Alto custo inicial para aquisição de softwares, equipamentos e veículos;

Necessidade de estrutura permanente de manutenção e aferição técnica, com contratos especializados de assistência;

Risco de ociosidade da estrutura em períodos de baixa demanda, reduzindo a eficiência do investimento;

Capacitação contínua exigida de uma equipe extensa e diversificada, com altos custos de atualização profissional;

Custos de manutenção da frota (combustível, licenciamento, pneus, seguros, oficinas), além de renovação periódica de equipamentos e ferramentas.

Considerando o elevado investimento inicial, a necessidade de contratações acessórias e interdependentes, bem como o retorno apenas em médio e longo prazo, a execução direta dos serviços técnicos mostrou-se menos vantajosa para a Administração Municipal no contexto atual, sobretudo diante da urgência em atender demandas reprimidas e da limitação de recursos humanos, logísticos e financeiros disponíveis.

Alternativa 02: Terceirização dos Serviços.

Nesta alternativa, a Administração contrataria empresa especializada, já estruturada com equipe multiprofissional e suporte técnico-operacional, que assumiria a responsabilidade integral pela execução das atividades.

Principais vantagens identificadas:

a) Menor necessidade de gerenciamento interno, uma vez que a contratada assume encargos trabalhistas, custos operacionais e a responsabilidade técnica pelos serviços;

b) Acesso imediato a tecnologias modernas, softwares atualizados e equipamentos de ponta, sem necessidade de investimento direto pelo Município;

c) Flexibilidade na execução, com possibilidade de atender diversas frentes de trabalho simultaneamente, inclusive demandas emergenciais e programas de repasse financeiro;

d) Padronização e qualidade técnica, assegurada pela experiência da contratada, com projetos elaborados de forma detalhada e alinhados a metodologias atuais, reduzindo riscos de reformulações ou variantes durante a execução das obras.

Adicionalmente, a terceirização possibilita maior controle financeiro, uma vez que o modelo de execução indireta, empreitada por preço unitário (art. 46 da Lei 14.133/2021), permite o pagamento exclusivamente pelo volume de serviços efetivamente executados e medidos mensalmente.

Riscos associados:

a) Oscilação de preços em razão de variação de custos de insumos, combustíveis e acordos trabalhistas;

b) Atrasos de cronograma decorrentes de fatores climáticos ou logísticos;

c) Impedimentos supervenientes que possam comprometer a execução contratual;

d) Risco de descontinuidade caso a empresa contratada não cumpra integralmente as obrigações assumidas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Medidas de mitigação:

- Exigência de garantia contratual de até 5% do valor, conforme art. 96 da Lei 14.133/2021;
- Comprovação de capacidade técnica dos licitantes por meio de atestados de desempenho anterior;
- Cláusulas contratuais de penalidade para atrasos, falhas técnicas e descumprimento de obrigações;
- Fiscalização sistemática por parte da equipe da SEINFRA.
- Elimina a necessidade de investimentos imediatos em equipe, estrutura e equipamentos;
- Assegura maior rapidez na mobilização;
- Garante projetos modernos, sustentáveis e tecnicamente consistentes;
- Atende à urgência das demandas reprimidas desde 2018.

Alternativa 03: Contratar no regime semi-integrada ou integrada.

A Lei nº 14.133/2021 admite a contratação de projetos e execução de obras em um único processo licitatório (regime integrado ou semi-integrado), desde que exista anteprojeto.

Contudo, para o caso em análise, essa alternativa apresenta limitações significativas:

- **Sondagens e levantamentos topográficos** são pré-requisitos indispensáveis para a elaboração de projetos e não seriam contemplados adequadamente em regime integrado;
- A contratação poderia resultar em **fragmentação de responsabilidades** e maior risco de descontinuidade;
- O custo dos projetos poderia ser **superior**, sem ganho de economia de escala;
- A estruturação interna necessária para elaboração de anteprojetos demandaria **tempo e recursos**, não compatíveis com a urgência atual.

Assim, embora legalmente viável, a contratação integrada ou semi-integrada foi considerada **inadequada** para atender o interesse público, pois não garante a agilidade nem a eficiência esperada para a execução das demandas municipais de infraestrutura.

Conclusão – Justificativa Técnica

A análise comparativa das alternativas avaliadas demonstrou que a **terceirização da prestação dos serviços técnicos especializados** é a solução mais vantajosa para a Administração Municipal.

A execução direta pela própria estrutura administrativa exigiria investimentos elevados em pessoal, softwares, equipamentos e frota, com risco de ociosidade e baixa eficiência em períodos de menor demanda. Por sua vez, a contratação em regime semi-integrado ou integrado, embora admitida pela Lei nº 14.133/2021, não atende plenamente ao objeto em análise, uma vez que levantamentos de campo e sondagens são pré-requisitos indispensáveis à elaboração de projetos de qualidade, além de poderem resultar em custos mais altos e maior morosidade.

A terceirização, entretanto, apresenta benefícios expressivos:

- **Redução de custos iniciais**, eliminando a necessidade de aquisição de insumos, softwares e estrutura própria;
- **Flexibilidade contratual**, com possibilidade de ajustes, aditivos e supressões conforme a demanda;
- **Rapidez na mobilização**, assegurando resposta imediata a demandas reprimidas desde 2018;
- **Qualidade técnica**, garantida pela responsabilidade de multiprofissionais especializados e pela padronização dos serviços;
- **Controle financeiro e economicidade**, assegurados pelo modelo de execução indireta em **empreitada por preço unitário (art. 46 da Lei nº 14.133/2021)**, que permite pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados;
- **Segurança jurídica**, mediante exigência de garantias contratuais (art. 96 da Lei nº 14.133/2021), atestados de capacidade técnica e aplicação de penalidades em caso de descumprimento.

Ademais, a contratação de empresa especializada encontra respaldo no **art. 36 da Lei nº 14.133/2021**, que prevê o julgamento por técnica e preço para serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, e no **art. 23**, que exige compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, devidamente aferidos por meio do **SINAPI, SICRO e ORSE**, complementados por cotações técnicas regionais.

Por fim, a escolha da terceirização está alinhada às diretrizes do **Plano de Governo 2025–2028** e ao **Plano Plurianual (PPA)**, garantindo que as contratações promovam não apenas a execução eficiente de serviços técnicos especializados, mas também a sustentabilidade econômica e a supremacia do interesse público.

VI- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa do valor da contratação deverá ser elaborada com base em **pesquisa de preços de mercado**, considerando parâmetros oficiais de referência e cotações a serem obtidas junto a empresas especializadas, em conformidade com o disposto no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**.

Para a formação dos custos unitários e globais deverão ser consultadas as seguintes bases:

- **SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil)**, aplicável para obras e serviços de engenharia em geral;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- **SICRO (Sistema de Custos Referenciais de Obras de Infraestrutura de Transportes)**, para serviços de sondagem, terraplenagem e obras viárias;
- **ORSE (Sistema de Orçamento de Obras do Estado de Sergipe)**, como base complementar regional;
- **Cotações diretas de mercado**, a serem solicitadas a empresas especializadas locais e regionais, sobretudo para insumos ou serviços não contemplados integralmente nas tabelas oficiais.

O memorial de cálculo deverá contemplar:

- **Quantitativos médios estimados**, fundamentados nas demandas reprimidas e nas projeções de crescimento urbano de Lauro de Freitas/BA;
- **Custos diretos** (mão de obra, insumos, equipamentos e materiais);
- **Encargos sociais e trabalhistas** aplicáveis ao setor da construção civil;
- **Custos indiretos** (mobilização, administração local, depreciação de equipamentos, transporte e logística);
- **Margem de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)**, observando parâmetros de mercado e recomendações normativas.

O valor estimado da contratação deverá refletir a realidade do mercado, garantindo que a futura licitação seja conduzida sob critérios de razoabilidade, economicidade e compatibilidade com o orçamento público, em observância ao princípio da supremacia do interesse público.

Com base em parâmetros e estudos técnicos, a estimativa preliminar da despesa para a presente contratação versa entre **R\$14.000.000,00** (Quatorze milhões de reais) e **R\$16.000.000,00** (Quinze milhões de reais). Passível de ajuste conforme os quantitativos definidos e as condições de mercado apuradas durante a elaboração do Termo de Referência.

Ressalta-se que a estimativa aqui prevista servirá como parâmetro de referência para o julgamento das propostas, não representando o valor final do contrato, o qual será definido a partir do processo competitivo, conforme art. 23, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a estimativa do valor da contratação deverá constituir-se em instrumento técnico preliminar de planejamento, assegurando que a Administração disponha de bases sólidas para a alocação dos recursos orçamentários e para a escolha da proposta mais vantajosa.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

Para atender à necessidade em pauta, a Administração deverá adotar a solução mais eficiente e economicamente viável, garantindo ao Município disponibilidade contínua e imediata de serviços, alinhados a metodologias modernas e a condições operacionais adequadas. A contratação deverá assegurar:

- Execução flexível dos serviços, permitindo ajustes na quantidade e no tipo de intervenção conforme a demanda;
- Disponibilidade operacional permanente, sem os custos e responsabilidades associados à aquisição, manutenção e treinamento de insumos próprios;
- Elaboração de projetos modernos, padronizados e sustentáveis, compatíveis com normas técnicas vigentes e com as diretrizes de planejamento urbano.

A empresa contratada será responsável por prover toda a estrutura necessária à execução, incluindo equipamentos, softwares, equipe multiprofissional qualificada e logística de mobilização. Esse modelo isentará a Administração de despesas com:

- aquisição, guarda e controle de equipamentos e aparelhamentos;
- manutenção preventiva e corretiva de máquinas e instrumentos;
- custos com seguros, combustíveis e reposição de peças;
- recrutamento, capacitação e encargos trabalhistas de pessoal técnico.

Quanto à manutenção e assistência técnica, caberá à contratada garantir que todos os equipamentos utilizados estejam em conformidade com as exigências normativas, apresentando laudos de aferição, calibração e manutenção preventiva, de modo a assegurar a qualidade e a confiabilidade dos serviços executados.

Com essa abordagem, o Município passará a contar com prestação contínua e eficiente dos serviços essenciais de infraestrutura urbana, promovendo economia, agilidade na execução e melhor aproveitamento dos recursos públicos, sem comprometer os padrões de qualidade e desempenho esperados.

A solução exige, ainda, que a empresa contratada comprove capacidade técnica, experiência e responsabilidade profissional, fatores determinantes para o imediatismo das ações, a confiabilidade dos serviços prestados e o efetivo benefício à coletividade.

A contratação deverá ocorrer por meio de Concorrência Pública, adotando-se o critério de julgamento por Técnica e Preço (art. 36 da Lei nº 14.133/2021), de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa, que reúna tanto eficiência técnica quanto economicidade.

Por se tratar de serviços de engenharia e arquitetura, o ciclo de vida da solução é indeterminado, abrangendo não apenas a execução inicial, mas também futuras atualizações de dados cadastrais, reformas, recuperações e requalificações, a serem desenvolvidas em médio e longo prazo.

VIII- JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

A decisão sobre o parcelamento da contratação deverá ser avaliada com base na **viabilidade técnica, econômica e operacional**, considerando a eficiência administrativa e a maximização da competitividade do certame, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

O parcelamento poderia, em tese, apresentar vantagens à Administração quando houvesse possibilidade de dividir o objeto em lotes ou itens executáveis por diferentes fornecedores, sem comprometer a unidade funcional do serviço. Entre os potenciais benefícios, destacam-se:

- **Ampla participação de licitantes**, ao permitir que empresas especializadas em determinados segmentos técnicos participem do certame;
- **Segmentação por tipo de projeto** (planialtimétrico, fundações, instalações elétricas etc.), possibilitando maior especialização;
- **Flexibilidade de execução**, permitindo priorizar projetos indispensáveis em fases distintas;
- **Controle de prazos parciais**, por meio de boletins de medição a cada etapa concluída e aprovada.

Entretanto, a fragmentação da contratação também poderá acarretar desvantagens significativas:

- **Aumento da complexidade de gestão**, com necessidade de acompanhar múltiplos contratos e fornecedores;
- **Risco de descontinuidade**, caso diferentes empresas não mantenham o mesmo ritmo de execução, comprometendo a integração do serviço;
- **Dificuldade de uniformização técnica**, em razão de diferentes metodologias e padrões entre contratados;
- **Elevação de custos administrativos**, pela ampliação da estrutura de fiscalização e gestão contratual.

Diante desses fatores, **não se recomenda o parcelamento do objeto**, pois os serviços são **interdependentes e exigem coordenação unificada** para garantir eficiência e integração entre as etapas executivas. A contratação em lote único deverá assegurar:

- **Execução coordenada e tempestiva**, com continuidade entre as fases;
- **Maior eficiência na gestão**, ao atribuir a responsabilidade integral a um único contratado;
- **Redução de riscos administrativos e financeiros**, evitando falhas de comunicação e atrasos;
- **Aproveitamento de economia de escala**, permitindo melhores condições de preço e otimização de recursos.

Portanto, a contratação deverá ocorrer de forma **agregada e unificada**, abrangendo todos os requisitos necessários para a elaboração dos serviços técnicos de engenharia e arquitetura, garantindo maior economicidade, eficiência e continuidade, em alinhamento ao princípio da **supremacia do interesse público**.

IX- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

A contratação deverá resultar em ganhos expressivos de **economicidade e eficiência administrativa**, assegurando melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros do Município.

Em termos de **economicidade**, pretende-se:

- Reduzir custos iniciais de investimento em equipamentos, softwares, frota e infraestrutura física, transferindo esses encargos para a empresa contratada;
- Garantir que os pagamentos sejam realizados somente pelos serviços efetivamente executados e medidos, por meio do regime de **empreitada por preço unitário**, conforme art. 46 da Lei nº 14.133/2021;
- Permitir economia de escala, uma vez que a contratação em lote único possibilitará melhores condições de preço e de gestão operacional;
- Evitar dispêndios adicionais com manutenção, calibração de equipamentos e capacitação de pessoal interno, custos esses já incluídos na responsabilidade da contratada.

Quanto ao **melhor aproveitamento dos recursos humanos**, a contratação deverá:

- Desonerar o quadro técnico da Administração Municipal das atividades operacionais e de campo, permitindo sua dedicação ao planejamento, fiscalização e controle das obras e projetos;
- Garantir suporte multiprofissional especializado, ampliando a qualidade técnica dos produtos entregues;
- Evitar a necessidade de ampliação do quadro permanente de servidores, que demandaria concurso público, treinamento contínuo e encargos trabalhistas permanentes.

No aspecto da **gestão dos recursos materiais e financeiros**, a contratação deverá assegurar:

- Utilização racional do orçamento disponível, em conformidade com o Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Governo 2025–2028;
- Planejamento de desembolso financeiro compatível com as etapas de execução, a partir de boletins de medição aprovados pela fiscalização;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- Redução de riscos de gastos emergenciais, pois os projetos serão elaborados de forma planejada e integrada, evitando imprevistos onerosos e ineficazes.

Dessa forma, o resultado pretendido com a contratação é a entrega de serviços técnicos de engenharia e arquitetura de **alto padrão de qualidade**, com **menor custo global para o erário**, otimização da força de trabalho existente e utilização eficiente dos recursos disponíveis. Esse demonstrativo reafirma a busca pela **proposta mais vantajosa para a Administração Pública**, em consonância com os princípios da **economicidade, eficiência e supremacia do interesse público**, previstos na Lei nº 14.133/2021.

X- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL;

Antes da celebração do contrato, a Administração deverá adotar um conjunto de providências preparatórias, com vistas a garantir a regularidade processual, a conformidade legal e a eficiência na futura execução contratual.

Entre as principais medidas, destacam-se:

Análise jurídica e orçamentária

- Verificação da adequação da minuta contratual e do edital de licitação às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas;
- Confirmação da existência de dotação orçamentária específica e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e o Plano de Governo 2025–2028.

Designação formal da equipe de gestão e fiscalização

- Nomeação de gestor do contrato e de fiscais técnicos e administrativos, nos termos do art. 7º, §1º e do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- Definição de atribuições claras para acompanhamento da execução, registro das ocorrências e tomada de providências cabíveis.

Capacitação e treinamento dos servidores designados

- Capacitação prévia em boas práticas de gestão e fiscalização contratual, com foco em:
- técnicas de acompanhamento físico-financeiro;
- utilização de boletins de medição e registros de execução;
- gestão de riscos e aplicação de penalidades;
- uso de ferramentas informatizadas de controle;
- Eventual contratação de cursos ou treinamentos específicos para assegurar maior qualificação técnica dos fiscais.

Estrutura de apoio administrativo

- Implantação de instrumentos informatizados para registro e monitoramento do contrato, conforme diretrizes do art. 169 da Lei nº 14.133/2021;
- Organização de fluxo documental padronizado, incluindo checklists de fiscalização, relatórios de acompanhamento e prazos de comunicação.

Providências complementares

- Elaboração do plano de fiscalização contratual, contemplando cronograma, etapas de vistoria e parâmetros de desempenho;
- Estabelecimento de rotinas de reuniões técnicas periódicas entre a Administração e a contratada;
- Definição de canais formais de comunicação e protocolo de tratativas, garantindo transparência e rastreabilidade das decisões.

Dessa forma, as providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato deverão assegurar que a Administração esteja devidamente estruturada para **exercer a gestão e a fiscalização de forma eficiente, transparente e segura**, em conformidade com os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público** previstos na Lei nº 14.133/2021.

XI- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

A contratação em pauta deverá ser planejada de forma integrada às demais ações de infraestrutura e urbanismo do Município, considerando sua correlação com serviços técnicos complementares que impactam diretamente na execução do objeto.

Os serviços de **levantamento topográfico, sondagens, estudos cadastrais e elaboração de projetos básicos e executivos** apresentam caráter interdependente, pois constituem etapas iniciais e indispensáveis à formulação e viabilidade de futuras obras públicas. A ausência de tais contratações inviabilizaria a adequada execução de intervenções de engenharia e arquitetura, como pavimentação de vias, obras de drenagem, requalificação de equipamentos urbanos, projetos de edificações públicas, entre outros.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, deverão ser observadas as seguintes correlações:

- **Contratações antecedentes:** estudos preliminares, atualização de dados georreferenciados e diagnósticos técnicos que embasam a definição das diretrizes de projeto;
- **Contratações paralelas:** serviços de consultoria técnica e ambiental, avaliações de impacto, laudos periciais e cadastros de infraestrutura existentes, que precisam estar alinhados com a elaboração dos projetos;
- **Contratações subsequentes:** execução das obras e serviços de engenharia que serão viabilizados a partir dos projetos contratados, exigindo compatibilidade técnica entre o planejamento e a execução.

A análise integrada dessas contratações deverá evitar **fragmentação indevida**, assegurar **uniformidade metodológica** e promover **continuidade administrativa**, garantindo que os dados produzidos nesta contratação sejam utilizados de forma direta e consistente nas etapas posteriores.

Por fim, ressalta-se que a adequada coordenação entre contratações correlatas e interdependentes é condição essencial para assegurar:

- **redução de custos futuros**, evitando retrabalho ou incompatibilidades entre projetos;
- **otimização do tempo de execução**, pela antecipação de estudos técnicos fundamentais;
- **alinhamento com o Plano de Governo 2025–2028** e com o **Plano Plurianual (PPA)**;
- **eficiência e transparência na gestão pública**, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa maneira, esta contratação deverá ser compreendida como parte de um **ciclo interdependente de planejamento, projeto e execução**, sendo essencial para viabilizar as futuras intervenções de infraestrutura urbana do Município.

XII- DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

Embora a presente contratação não contemple diretamente serviços técnicos ambientais, as atividades decorrentes dos projetos elaborados poderão demandar observância de requisitos de **sustentabilidade, eficiência energética e gestão de resíduos**, de modo a assegurar a conformidade com a legislação vigente e os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Competência institucional

- À **Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Lauro de Freitas (SEMA)** caberá a responsabilidade pelo **licenciamento ambiental, monitoramento e fiscalização** das intervenções futuras que decorram dos projetos contratados.
- À **Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA)** caberá assegurar que os projetos estejam **compatíveis com normas ambientais e de sustentabilidade**, fornecendo subsídios técnicos para a atuação da SEMA.

Requisitos de baixo consumo de energia e recursos

Os projetos a serem contratados deverão considerar soluções que promovam:

- **Eficiência energética:** priorização de sistemas de iluminação LED, ventilação e climatização natural, e isolamento térmico em projetos de edificações;
- **Uso racional da água:** previsão de captação de águas pluviais, sistemas de reuso e tecnologias economizadoras (torneiras, vasos e irrigação eficiente);
- **Materiais sustentáveis:** incentivo ao uso de insumos reciclados, recicláveis e de baixo impacto ambiental.

Logística reversa e gestão de resíduos

Mesmo não sendo objeto direto do contrato, a Administração deverá prever, em conjunto com a SEMA, diretrizes para:

- **Logística reversa** de equipamentos e materiais utilizados nas obras decorrentes, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- **Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)** nas fases subsequentes, contemplando triagem, reaproveitamento e descarte adequado;
- **Reciclagem e reaproveitamento** de resíduos sólidos, com estímulo à cadeia de cooperativas locais de coleta seletiva.

Responsabilidade compartilhada

- **SEINFRA:** deve garantir que os anteprojetos e projetos básicos contemplem soluções arquitetônicas e de engenharia alinhadas à eficiência energética e ao uso racional de recursos;
- **SEMA:** deve emitir diretrizes ambientais, fiscalizar a aplicação de medidas mitigadoras e assegurar a destinação adequada dos resíduos.

Licenciamento e condicionantes ambientais

Qualquer intervenção futura decorrente dos projetos contratados dependerá de **Licença Ambiental** emitida pela SEMA, que poderá incluir condicionantes específicas relativas à eficiência energética, uso racional da água, gestão de resíduos e logística reversa.

XIII- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Considerando a relevância desta contratação, que representa etapa indispensável para viabilizar as intervenções de infraestrutura urbana reprimidas e previstas no **Plano de Governo 2025–2028**;

Considerando a previsão e já a concretização de recursos financeiros oriundos de convênios e parcerias, com destaque para o item 36 do **Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 – Desenhavia – Obras e Instalações**, que aguarda a elaboração de projeto executivo de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

infraestrutura viária para contemplar aproximadamente **22 km de requalificação urbana**, em benefício da mobilidade e qualidade de vida da população;

Considerando que os convênios e parcerias atualmente firmados projetam investimentos superiores a **R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)**, conforme demonstrado no Anexo III “d” do TR, e que tais recursos dependem de projetos técnicos adequados para serem devidamente aplicados;

Considerando, ainda, que a terceirização da prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura se mostra **prática consolidada e vantajosa na Administração Pública**, garantindo **economicidade, eficiência, agilidade e qualidade técnica**;

A equipe técnica de planejamento da **Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA)** conclui que a presente contratação é **plenamente adequada e necessária** para atender ao interesse público, devendo ser conduzida mediante **Concorrência Pública Eletrônica**, nos termos do **art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, visando selecionar empresa especializada para execução dos serviços técnicos de sondagem, levantamento topográfico e elaboração de anteprojetos, projetos básicos e executivos.

Definições quanto ao escopo e limites contratuais

- A contratação não abrange assistência técnica contínua, manutenção operacional, suprimentos ou insumos isolados;
- Não contempla contratação complementar de suporte técnico ou treinamento de servidores;
- A responsabilidade pela fiscalização e gestão contratual será exercida exclusivamente pela Administração, nos termos definidos neste ETP;
- Haverá geração de resíduos de “bota-fora” em determinadas intervenções, cujo gerenciamento seguirá as diretrizes ambientais já previstas no item XII deste ETP;
- As intervenções urbanas deverão obedecer a critérios de segurança e isolamento, conforme cronograma e planejamento aprovados pela fiscalização e pelo gestor do contrato.

Conclusão Final

Diante de todo o exposto, a contratação é considerada **adequada, vantajosa e imprescindível** para o Município de Lauro de Freitas/BA, garantindo:

- **Acesso a recursos financeiros externos** vinculados a convênios e parcerias;
- **Execução planejada e integrada das intervenções urbanas**;
- **Maior eficiência administrativa**, pela terceirização de serviços técnicos especializados;
- **Segurança jurídica e aderência à Lei nº 14.133/2021**;
- **Alinhamento ao Plano de Governo 2025–2028 e ao PCA 2025**.

Assim, resta plenamente justificada a adequação da contratação para atendimento da necessidade pública a que se destina.

É viável a presente contratação;

Lauro de Freitas, 08 de outubro de 2025.

Jeferson Costa Marinho
Agente de Planejamento
Mat. 121027-0

Em virtude das atribuições que competem, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar.

Joselene Cardim
Autoridade Competente
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de ____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO V
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Dados do proponente:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

E-mail:

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Rua Doutor Gerino de Souza Filho, nº3295, Estrada do Trabalhador

Lauro de Freitas / Bahia.

NESTA

Prezados Senhores,

Tendo examinado o presente Edital nº ____/202X e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS CORRELATOS PARA O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA.**, pelo valor global de R\$ _____, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo as especificações e quantitativos estimados e em planilha de preços e seus anexos, parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços de locação dos equipamentos, no prazo fixado neste e conforme Especificações Técnicas, cuja vigência passa a contar da data da assinatura do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos e efeturemos as garantias financeiras previstas neste, para a realização do contrato.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, __/__/__, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto ao Município o Sr. _____, carteira de Identidade nº _____, Órgão Expedidor _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre as obras/serviços e fornecimentos.

Empresa Licitante
CNPJ nº.

Assinatura do representante legal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de _____, na _____ [endereço do órgão contratante], o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº 18412/2025, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto do presente Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS CORRELATOS PARA O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BAHIA**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Concorrência Eletrônica nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 18412/2025, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1 Como condição indispensável para a execução de qualquer demanda vinculada ao presente contrato, deverá ser previamente lavrada Ata de Reunião de Justificativa da Demanda, a qual deverá conter, no mínimo: descrição detalhada do objeto solicitado, motivação de interesse público, enquadramento contratual da demanda, estimativa de valores e impactos orçamentários do custo de projeto e custo de obra e o cronograma físico-financeiro de execução por fases, compatível com os entregáveis previstos neste Termo de Referência.

A referida Ata deverá ser assinada pelos responsáveis técnicos da Administração, pelo Fiscal do Contrato e pelo Ordenador de Despesa, constituindo-se em documento formal de autorização para início da execução.

Nenhuma atividade poderá ser iniciada pela contratada sem a prévia emissão e aprovação desta Ata, incluindo o cronograma por fases, sob pena de não reconhecimento da despesa pela Administração.

4.2 Os pagamentos serão efetuados em parcelas proporcionais às etapas concluídas, vinculados ao cronograma físico-financeiro e condicionados à aprovação da Fiscalização do Contrato. Cada fase somente será considerada concluída após a entrega integral dos produtos previstos, acompanhada de relatório técnico e aceite formal pela Administração.

A distribuição dos percentuais de pagamento obedecerá à seguinte forma:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- **Fase 01- Estudos Preliminares (20%)**

Compreende a entrega da concepção inicial, anteprojeto, estudo de viabilidade e alternativas técnicas, mediante apresentação de relatório consolidado contendo memoriais e peças gráficas. Adicionalmente, deverá ser apresentada maquete eletrônica em 3D, incluindo vídeo de simulação do projeto e imagens renderizadas ilustrativas, de modo a possibilitar a visualização espacial e arquitetônica da proposta.

- **Fase 2 – Projeto Básico (30%)**

Corresponde à entrega de plantas, cortes, fachadas, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e levantamento quantitativo dos elementos do projeto, em nível compatível com Projeto Básico. A aprovação fica condicionada à análise e aceite da Fiscalização, que deverá atestar a conformidade com normas técnicas e diretrizes contratuais.

- **Fase 3 – Projeto Executivo (30%)**

Inclui a apresentação de detalhamentos executivos, compatibilização de disciplinas, e deverá, obrigatoriamente, ser entregue em conjunto com o orçamento detalhado da obra. Somente serão aceitos pela Fiscalização os projetos acompanhados do orçamento, que deverá estar compatível com o levantamento quantitativo e as peças gráficas.

- **Fase 4 – Entrega Final e Aprovação (20%)**

Engloba a consolidação de todos os documentos em meio digital editável e não editável, bem como a entrega física (quando aplicável), além do suporte técnico à análise por órgãos competentes, com aceite definitivo da Fiscalização e comprovação de que eventuais ajustes solicitados foram devidamente incorporados.

Para os projetos de edificação, em casos em que o empreendimento possuir pavimentos-tipo, módulos ou blocos com características idênticas, a medição e o pagamento da fase serão efetuados com base na entrega de um único exemplar representativo, elaborado de forma completa, contendo todas as peças gráficas, memoriais e detalhamentos aplicáveis.

O contratado deverá, no memorial de cálculo e no levantamento quantitativo, indicar expressamente, quais elementos são repetidos, o número exato de repetições e as variações específicas existentes (tais como pavimento térreo, cobertura, áreas técnicas ou de uso comum), apresentando os respectivos projetos completos para essas partes não repetitivas.

Nos projetos de urbanização, deverá respeitar o memo conceito, onde em trechos de quadras, lotes, módulos ou elementos padronizados e repetitivos (tais como pavimentos-tipo viários, redes de drenagem, trechos de calçadas, módulos de iluminação ou de mobiliário urbano), será exigida a apresentação integral de um exemplar representativo de cada tipologia, contendo todas as peças gráficas, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e levantamentos quantitativos aplicáveis.

4.3 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos imediatamente a notificação da fiscalização, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.6 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.8 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo estabelecido em contrato para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

4.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 4.11.1 o prazo de validade;
- 4.11.2 a data da emissão;
- 4.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 4.11.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 4.11.5 o valor a pagar; e
- 4.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.13 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.14 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

4.18 O pagamento será efetuado no prazo conforme estabelecido em contrato, conforme seção anterior.

4.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice estabelecido em contrato de correção monetária.

4.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1. Os valores contratados poderão ser reajustados após o período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base do início da prestação dos serviços.

5.2. O reajuste será realizado com base no Índice de Custos de Tecnologia da Informação- ICTI, elaborado pelo IPEA.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

7.1. A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Concorrência Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

Gestor de Contrato e Fiscal + Portarias – anexo V deste TR.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.7. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em exercício a cada medição. Será consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.8. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da prestação de serviço, serão realizadas pelo contratante, por técnicos designados em portarias vigentes, a quem compete verificar se contratada está executando as etapas, em concordância com o Cronograma Físico-Financeiro, e demais instrumentos que integram o Contrato.

8.9. A Fiscalização deverá supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, inclusive no que tange às medições mensais, relatórios/notas e pareceres técnicos e boletins de pagamentos do contrato, atentando-se a sua eficiência e eficácia.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

9.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	NOMENCLATURA
ÓRGÃO	08	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
UNIDADE	0800	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PROJETO / ATIVIDADE	1	Investimento
SUBELEMENTO	44905180	Estudos e Projetos
AÇÃO	1910/1069/1174/1188 /1183/1849 1852/1320	Conforme Descrição em Quadro Anexo
FONTES DE RECURSOS	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:	14 (quatorze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021, art. 105.	

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

10.1. O prazo de vigência da contratação é de 14 (quatorze) meses, contados da data de emissão da OS, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Além das obrigações decorrentes da Lei, são obrigações da Contratada:

11.1.1 Execução Técnica: Elaborar os projetos com observância às normas técnicas aplicáveis (ABNT, CAU/BR, CREA, DNIT, órgãos setoriais e ambientais).

Garantir a compatibilização entre todas as disciplinas (arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica, urbanismo, paisagismo etc.), de modo a evitar conflitos ou sobreposições.

Apresentar os produtos nos formatos exigidos: digital editável (DWG, RVT, XLS, DOCX) e não editável (PDF), bem como cópias impressas quando solicitado.

11.1.2 Qualidade e Integridade do Projeto: Fornecer projetos completos, detalhados e atualizados, em nível suficiente para a licitação e execução da obra, incluindo memoriais descritivos, memoriais de cálculo, levantamentos quantitativos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

Responsabilizar-se pela fidedignidade dos levantamentos de campo, topográficos, planialtimétricos e cadastrais.

Promover, sem ônus adicional para a Administração, todas as revisões e ajustes solicitados pela Fiscalização até a aprovação final de cada fase.

11.1.3 Aprovações e Alvarás: Elaborar e protocolar, em nome da Administração, toda a documentação necessária para a obtenção de alvarás, licenças e aprovações em órgãos competentes, responsabilizando-se pela tramitação até a expedição.

Acompanhar eventuais diligências e incorporar as exigências técnicas emitidas pelos órgãos públicos.

11.1.4 Prazos e Cronograma: Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro aprovado, apresentando relatórios de andamento sempre que solicitado.

Solicitar prorrogação de prazo somente em hipóteses legais, mediante justificativa formal, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

11.1.5 Responsabilidade Técnica: Manter equipe composta por profissionais legalmente habilitados, com registro em CAU/CREA, apresentando as respectivas ARTs ou RRTs.

Assumir integral responsabilidade técnica pelos projetos, respondendo por eventuais falhas, omissões ou incompatibilidades.

11.1.6 Direitos Autorais e Titularidade: Reconhecer que, após o pagamento, todos os projetos passam a integrar o acervo técnico de propriedade do Município, conforme art. 91 da Lei 14.133/21.

Não impor restrições ao uso, reprodução, alteração ou aplicação dos projetos pela Administração.

11.1.7 Cooperação com a Fiscalização: Atender às solicitações da Fiscalização do Contrato, disponibilizando reuniões técnicas, esclarecimentos, relatórios e suporte até a aprovação definitiva dos produtos.

Garantir a rastreabilidade de todos os documentos produzidos, preservando histórico e versões atualizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1 Disponibilização de Informações: Fornecer à contratada, no início da execução, todas as informações, documentos, estudos e dados disponíveis que sejam necessários para o desenvolvimento dos projetos, tais como: cadastros existentes, legislações urbanísticas, parâmetros de zoneamento, diretrizes de órgãos reguladores e restrições ambientais.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

12.2 Fiscalização do Contrato: Designar formalmente um Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/21, para acompanhar e supervisionar a execução.

Acompanhar o desenvolvimento dos serviços, emitindo pareceres técnicos e solicitando correções, quando necessário, de forma tempestiva.

Manter registros formais de todas as reuniões, deliberações e medições.

12.3 Análise e Aprovação de Entregáveis: Examinar e manifestar-se, dentro dos prazos estabelecidos no cronograma, sobre os produtos apresentados pela contratada.

Formalizar a aprovação ou indicar ajustes necessários, assegurando que não haja paralisação indevida por omissão da Administração. Emitir os termos de recebimento provisório e definitivo dos serviços, conforme art. 141 da Lei 14.133/21.

12.4 Suporte Administrativo e Institucional: Apoiar a contratada nos trâmites que dependam de terceiros, tais como solicitações junto a órgãos públicos, concessionárias de serviços e autarquias, especialmente na obtenção de alvarás, licenças ou aprovações que somente possam ser requeridas pelo ente público.

Disponibilizar espaços e condições adequadas para reuniões técnicas e apresentações.

12.5 Pagamentos: Efetuar os pagamentos devidos de acordo com os percentuais e critérios definidos no cronograma físico-financeiro e nesta contratação, desde que comprovada a execução e após aceite da Fiscalização.

Recolher e processar, quando cabível, as retenções legais de tributos e contribuições.

12.6 Garantia da Ordem Contratual: Não solicitar serviços que não estejam previstos no escopo contratado sem a formalização prévia de aditivo, conforme art. 124 da Lei 14.133/21.

Adotar as medidas administrativas necessárias para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, § 2º da Lei 14.133/21, caso ocorra fato superveniente que o comprometa.

12.7 Comunicação e Cooperação: Manter comunicação clara e formal com a contratada, utilizando atas de reunião, ofícios e registros oficiais para todas as deliberações.

Cooperar para que os serviços sejam concluídos dentro dos prazos estabelecidos, evitando atrasos por falhas administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

a) modelo de execução: indireta, em regime de empreitada por preço unitário, considerando:

- preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições dos serviços efetivamente elaborados, entregues e aprovados pela fiscalização;
- nas demandas a serem atendidas, cujo volume quantitativo mensal de cada etapa será oscilante;
- a estimativa de quantidades, com base nos levantamentos das demandas distribuídas em doze meses.

O regime de execução adotado será empreitada por preço unitário.

b) definição de prazo para início da execução do objeto: 07 (sete) dias, a partir da emissão da primeira ordem de serviço;

c) descrição detalhada das etapas executivas: em conformidade com tipificação da intervenção;

d) horário de funcionamento: em conformidade com as normas trabalhistas contidas em acordos coletivos do sindicato dos empregados da construção civil vigente;

e) definição da periodicidade dos serviços: em conformidade com predisposto em Ordem de Serviço;

f) procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas: em conformidade com as especificações técnicas (anexo III “c”, deste TR);

g) os deveres e disciplina exigidos: em atendimento às cláusulas contratuais, conforme item 11 – Obrigações do Contratado;

h) o cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos: os itens executados serão medidos, aferidos e aprovados, mensalmente, a cada ordem de serviço cumprida e cronograma físico emitido e aprovado pelos fiscais dos serviços e gestor do contrato;

i) demais especificações que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços: o memorial descritivo e especificações técnicas dos serviços a serem executados constam em anexo III “c” deste TR. Casos omissos e/ou específicos serão dirimidos entre contratante e contratado.

O prazo para início das etapas de execução, conclusão e entrega serão definidos em cada ordem de serviço ou instrumento contratual a ser firmado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Possíveis atrasos de entrega assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os serviços serão executados nos endereços a serem definidos na ordem de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

16.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

16.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

16.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

(a) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;

(b) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;

(c) Pedido de Reconsideração no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

19.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- a) desde que os serviços a serem subcontratados não estejam contemplados e inclusos nas parcelas de relevância pertencentes ao objeto desta licitação- anexo IV deste TR;
- b) a subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- c) será vedada a subcontratação total do objeto;
- d) caso ocorra à subcontratação citado no subitem 4.4, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte;
- e) as empresas subcontratadas também devem comprovar, junto à contratante, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e ainda detentoras de atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, referentes aos serviços que serão subcontratados;
- f) na hipótese de subcontratação conforme subitem 4.4, os documentos da pretensa subcontratada deverão ser submetidos à administração visando apreciação e anuência;
- g) comprovar que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

20.1 Será exigida garantia contratual no percentual de até 5% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

- a) A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias após a notificação.
- b) No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- c) As condicionantes para atendimento da garantia contratual, estão previstas no art. 96 da Lei 14.133SUB/21, § 1º, incisos I/II/III e IV, § 2º e 3º.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)